



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO
E EDUCAÇÃO ESCOLAR**

MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA

**A RELAÇÃO FAMÍLIA – ESCOLA E AS INFLUÊNCIAS NO
COMPORTAMENTO INFANTIL**

**CAMPINA GRANDE - PB
DEZEMBRO/2015**

MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA

**A RELAÇÃO FAMÍLIA – ESCOLA E AS INFLUÊNCIAS NO
COMPORTAMENTO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar.

Orientador: Profa. Me. Rosemary Alves de Melo.

**CAMPINA GRANDE - PB
DEZEMBRO/2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586r Silva, Maria Aparecida Vieira da
A relação família escola e as influências no comportamento infantil [manuscrito] / Maria Aparecida Vieira da Silva. - 2015.
3 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Desenvolvimento Humano e Educação Escolar EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.
"Orientação: Profa. Ma. Rosemary Alves de Melo, Educação".

1.Família. 2.Educação infantil. 3.Comportamento Infantil. I.
Título.

21. ed. CDD 372.21

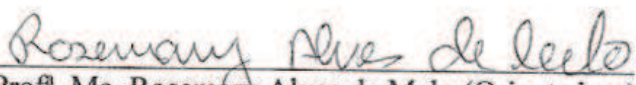
MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA

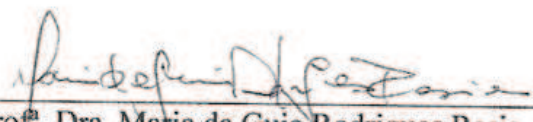
**A RELAÇÃO FAMÍLIA – ESCOLA E AS INFLUÊNCIAS NO
COMPORTAMENTO INFANTIL**

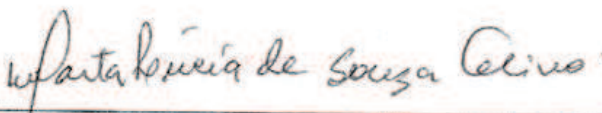
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar.

Aprovada em: 23/12/2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Me. Rosemary Alves de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Dra. Maria da Guia Rodrigues Rasia
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Dra. Marta Lúcia de Souza Celino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus alunos, que foram minha principal
motivação, causando-me inquietação quanto ao tema
trabalhado, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Minha Mãe, que sempre me apoiou com esforços para que tivesse a formação acadêmica e educação que hoje possuo.

Ao meu esposo, Pedro meu companheiro paciente, na realização das atividades acadêmica, como na construção deste trabalho e na vida.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, à minha orientadora Rosemary Melo, pelo apoio e simpatia durante a construção da pesquisa e desenvolvimento deste trabalho, que contribuíram ao longo do período do curso, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação do curso de Especialização, que promoveram essa oportunidade de aperfeiçoamento na área, que construíram esse curso com esforços percebidos e admirados durante o decorrer do curso na UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de aprendizado, distração, amizade e apoio.

*“É na educação dos filhos que se revelam as
virtudes dos pais.”*

Coelho Neto

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa acerca da relação família-escola e a sua influência no comportamento infantil e que entende a criança por meio das relações sociais estabelecidas da família com a escola. Este estudo apoia-se nas bases teóricas do sócio-interacionismo e tem como objetivo: Analisar a relação que é estabelecida entre a escola e a família das crianças, observando a sua inter-relação com o comportamento infantil na escola, no período de adaptação escolar. Buscamos realizar uma pesquisa a partir dos enfoques temáticos: Família, Educação Infantil, Relação Família-escola e Comportamento Infantil. A pesquisa se desenvolveu na Cidade de Campina Grande, na Escola Municipal Advogado Otavio Amorim, no bairro das Malvinas, área de grande relevância política e crescimento urbano. A coleta de dados foi realizada na sala da Educação Infantil, através de observações e entrevistas com os atores escolares. Os dados obtidos, após análise, revelaram que apesar da diversidade de estruturação das famílias atendidas pela escola, em sua maioria, apresentaram comportamentos semelhantes no seu papel educacional, junto às crianças. Esse comportamento dificulta o trabalho escolar, prejudicando o desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.

Palavras-Chave: Família. Educação infantil. Comportamento Infantil.

ABSTRACT

This study is a qualitative research about the family-school relationship and its influence on children's behavior. Understand the child through social relations established with the school family. This study is based on the theoretical bases of the partner-interactionism and aims to: Analyse the interrelationship between the childish behavior in school during the period of adaptation and the relationship that is established between the school and the children's family. We seek to carry out a case study, from the thematic approaches: Family, early childhood education, family-school Relationship and childish behavior. The research developed in the city of Campina Grande, in the School Municipal Lawyer Otávio Amorim, in the Falklands area of great political significance and urban growth. The gathering was held at the Office of early childhood education, through observations, interviews with the actor's school. The data obtained showed that despite the diverse constituent dynamics of families served by the school, for the most part, proved to be omitted in your educational role, with children. This behavior makes the schoolwork, harming the development of children in early childhood education.

Keywords: Family. Early childhood education. Childish Behavior

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 _	Escola MAOA – Rua Frei Geraldo – Malvinas	39
Imagem 2 –	Fachada da Escola MAOA, portão de acesso	39
Imagem 3 –	Parte de dentro, entrada da Escola MAOA	39
Imagem 4 -	Momento inicial, quando as crianças brincam com brinquedos nas mesas	43
Imagem 5 –	Momento inicial, quando as crianças brincam com brinquedos nas mesas	43
Imagem 6 –	Na sala de aula, no momento da roda de conversa	43
Imagem 7 –	Momento do recreio, visto da porta da sala	44
Imagem 8 –	No momento de entrada, após o recreio	44
Imagem 9 –	Momento de atividade, após o recreio	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ECA	Estatuto da Criança e Adolescentes.
CEB	Câmara de Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
RECNEI	Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil.
PPP	Projeto Político Pedagógico.
EMAOA	Escola Municipal Advogado Otávio Amorim.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E COMPORTAMENTO INFANTIL	15
2.1	A Família: instituição promovedora de desenvolvimento humano	15
2.2	A Educação Infantil e suas singularidades no contexto escolar segundo as diretrizes educacionais brasileiras	21
2.3	A Relação Família-Escola: o papel desse contexto na educação da criança	27
2.4	As Influências no comportamento Infantil: concepções teóricas	31
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS	38
3.1.	Caminhando pela Escola MAOA	38
3.2	A Educação Infantil na Escola MAOA	41
3.3	O Caminho Percorrido	42
4	ANALISE DE DADOS	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6	REFERÊNCIAS	59
7	ANEXOS	62

1. INTRODUÇÃO

A educação é um bem social necessário a toda pessoa humana, como meio de preparação para a convivência na esfera social. Ela permite um comportamento indispensável a harmonia no ambiente que vivemos, por isso a educação reflete em nós por meio do nosso comportamento que temos nas diferentes relações sociais e nos ambientes diversos.

O ser humano, no início de sua vida, já convive socialmente. Esse período, tratamos como convivência primária que ocorre no seio de sua família, minimamente, com seus pais ou com familiares diversos. Esse meio de convivência se torna de extrema importância a formação educacional da criança, pois promove sua primeira educação e estimula suas ações em direção ao convívio com os demais da sociedade.

No decorrer do seu desenvolvimento, a criança passa a conviver com diferentes pessoas fora do meio familiar. O convívio escolar está previsto na vida da criança, pois é estabelecido por lei, como direito a educação. Mais cedo ou mais tardiamente esse convívio torna-se efetivo na vida da criança, e é nesse momento, que é percebido o reflexo de suas relações em seu comportamento, tornando-se objeto de relevância e interesse para estudo.

A motivação para esse estudo se justifica, pelos conflitos observados em sala de aula, e por ser verificado também, nessa situação que a educação familiar é insuficiente, quando não dá apoio ao trabalho realizado na instituição escolar. Dentro dessa situação questionamos: o comportamento que a criança na educação infantil apresenta em sala de aula, nas diversas situações de aprendizagem tem influências da família, quanto a sua forma de se relacionar com a escola?

A partir dessa dinâmica desenvolvemos um estudo de caso, que tem por objetivo verificar a influência das relações familiares com a escola no comportamento infantil. A partir dos caminhos traçados, durante o Projeto de Pesquisa, escolhemos como campo de nossa pesquisa, a escola Municipal Advogado Otavio Amorim na cidade de Campina Grande, situada no bairro das Malvinas, lugar de grande desenvolvimento urbano e aspirações políticas por meio de movimentos sociais. Na pesquisa de campo realizamos a coleta de dados através de: entrevistas, observações, análise documental e registro de imagens.

A metodologia da pesquisa de campo e da pesquisa bibliográfica foram fundamentadas nos estudos de Severino (2007), Goldenberg (2004) e Bertoni-Ricardo (2008). Os assuntos-chaves abordados no referencial teórico: *Família, Educação Infantil, Relação Família-Escola e Comportamento*, possibilitaram uma conclusão sobre a abordagem da pesquisa.

Dessa forma, após realizar o estudo dos fundamentos teóricos, foi possível elaborar uma visão sistematizada para abordagem do assunto, tema de pesquisa. Buscamos em Gimeno (2001), reforço para nos fundamentar e ampliar o nosso entendimento sobre o assunto família, pois, ela apresenta em seus textos uma visão diversificada de família. Aquela que é vista atualmente na sociedade, com uma individualidade típica do ser humano e sua importância para a constituição de personalidades e para o desenvolvimento de seus membros. Ariès (1981) e Meira e Centa (2003), em suas abordagens históricas, permitem perceber em que momentos a família foi se modificando e inferindo que a partir de suas transformações irregulares, há na

família uma característica de inconstância proveniente do momento histórico, econômico e particular da sociedade em que se constitui.

Em relação, a educação infantil, abordamos a legislação normativa vigente que dispõe sobre essa etapa da educação, como referência imprescindível os documentos oficiais, que dão maior consistência a nossa pesquisa, documentos que regulamentam o ensino da Educação infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI), e os que legislam sobre normas de tratamento para com a criança pelas instâncias familiar, social e estadual, no que diz respeito a ela enquanto ser humano, indefeso, membro familiar, cidadão. São: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96.), Constituição Federal (CF 1988), e O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 1990). Os documentos que tratam do atendimento e dos parâmetros de funcionamento das instituições de educação infantil brasileiras, como na Resolução CNE/CEB nº 5/2009; e na Coleção Proinfantil/MEC, Vol. II, Modulo III, (Unidade 8).

A relação família-escola é defendida nos estudos de Dessen (2010), que tem parceria com Polônia (2005), pois apresentam alguns enfoques que são pertinentes à nossa pesquisa como: a importância da relação família-escola para o desenvolvimento da criança, e uma pesquisa para compreender a relação família e escola. Outra contribuição importante para nossa pesquisa são as reflexões de Teixeira (2013), sobre Família e Escola, que faz considerações sobre o papel social dessas instituições na sociedade contemporânea e sobre a identidade cultural da família contemporânea, nos remetendo a uma contextualização histórica da cultura familiar e os tipos constituídos de família.

E por fim, a abordagem sobre o Comportamento, é vista no estudo das teorias em Cunha (2008), Duarte (1993) e Rego (2003), que nos permite vislumbrar as influências comportamentais nas diferentes perspectivas de estudos, psicanalítica (comportamento intrínseco), comportamentalismo (controle e previsão comportamental), ambientalista (influenciado diretamente pelo ambiente) e Histórico-social (comportamento a partir das relações sociais), que define nossa perspectiva de estudo e análise a partir da convivência social, que se mantém durante o período de desenvolvimento em que a criança convive com sua família e quando passa a conviver no ambiente escolar.

Analizando os dados, verificando as interpretações possíveis, alcançamos nossos objetivos ao perceber o comportamento infantil fortemente influenciado pela convivência familiar que muitas vezes se negam ao seu papel em apoio a instituição escolar, dificultando o desenvolvimento educacional de suas crianças, através dessa postura insatisfatória, visto neste estudo a relação chave, de grande relevância para o desenvolvimento humano, durante a infância e consequentemente a vida.

Dentro desses moldes de pesquisa, estruturamos nosso trabalho em três capítulos. No primeiro, realizamos um estudo das temáticas que compõe nosso objeto de estudo, referenciado em outros estudos relevantes a área, muitos destes vistos durante o curso de especialização.

No segundo capítulo, apresentamos os caminhos metodológicos que realizamos na execução do projeto, para a construção desse trabalho qualificado como estudo de caso, bem como apresentamos todo entorno histórico-social do nosso objeto.

Ao final, no terceiro capítulo, são expostos e analisados os dados obtidos em nossa pesquisa, buscando compreender nosso objeto, em meio a realidade da escola e das famílias por ela atendida, buscando alcançar nossos objetivos.

2. FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E COMPORTAMENTO INFANTIL

Os estudos sobre a família tornaram-se necessários para definir a perspectiva da pesquisa que iremos abordar. Diante da ampla temática que circunda a constituição da família, e da sua grande relevância no desenvolvimento humano da criança, traçaremos um breve histórico da perspectiva que vem sendo desenvolvida no decorrer do tempo.

Conceituar família na atualidade não é tarefa fácil, visto a inconstância dos modelos que esta instituição tem apresentado durante a contemporaneidade. Ela é interpretada de diversas formas pelas pessoas que a constitui. É sabido que não possui uma única estrutura, e que ao longo dos anos, ela tem tomado várias formas, estruturas, definições como percebemos nos estudos de Gimeno (2001),

(...) a família sofreu [alterações na] (...) variedade de modelos e estruturas, pluralidade essa com que a família se tentou adaptar às vertiginosas mudanças econômicas e ideológicas do meio ambiente e ao mesmo tempo satisfazer as solicitações de todos e de cada um dos seus membros, as quais não se limitam à saúde e bem-estar físico, mas também ao crescimento pessoal integral. (GIMENO, 2001, p. 9).

Dessa forma, os conceitos de família não são atribuídos apenas a partir das concepções das pessoas que a constitui, mas ele é influenciado diretamente pelos elementos externos, como: o meio social em que é constituída, econômico e cultural. Embora exista diversas conceituações e transformações, sendo atribuídas a constituição da família ao longo dos tempos, não podemos deixar de considerar a abrangência da família abordada pela Constituição Federal Brasileira, 1988, no artigo 226, em que dispõe: “a família como base da sociedade”, assim também em Ariès (1981).¹

Compreendemos que essa denominação familiar que dispõe sobre sua sociabilidade, não elimina uma das principais funções familiares que é o cuidar da criança. E é nesse período que consideramos ter acontecido uma conceituação equilibrada da família, levando em considerações as preocupações externas e internas da instituição familiar.

2.1. A Família: instituição promotora de desenvolvimento humano.

¹ No entorno dela que se desenvolve as relações sociais, pelo menos a partir do século XVII: “Essa família do século XVII, entretanto, (...) distinguia-se pela enorme massa de sociabilidade que conservava, ela era o centro das relações sociais, o capital de uma sociedade complexa e hierarquizada, comandada pelo chefe da família.” (ARIÈS, 1981, p. 270).

Na perspectiva de transformação estrutural e conceitual, a família vem se constituído ao longo dos séculos. No período Medieval, as famílias entregavam seus filhos aos cuidados de outras famílias, que iriam educá-las durante cerca de nove anos, com serviços pesados, como aprendizes, enquanto recebiam outras crianças aos seus cuidados. (ARIÈS, 1981).

Percebemos em Ariès que, “A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (1981, p. 231), pois, o distanciamento causado pelo modo de vida desvinculava o sentimento familiar constituído entre pais e filhos, em favor do desenvolvimento de um caráter moral instituído pela sociedade. Quando a família primava pela honra do “nome” perante a sociedade (ARIÈS, 1981). Nessa perspectiva, compreendemos que a conceituação familiar se dá no entorno social, não direcionada ao bem-estar dos que a constitui, mas preocupada em satisfazer a sociedade em suas definições de certo e errado.

No século XV, a realidade familiar começa a se transformar, é percebida nessa época uma revolução profunda e lenta nas realidades e nos sentimentos das famílias, que segundo Ariès (1981), “correspondem a uma preocupação dos pais de vigiar mais de perto, de ficar mais perto deles (dos filhos) e de não abandoná-los mais” (p. 231). Nesse período, podemos perceber o delineamento da função primordial da família que é de educar os filhos. Primar pelos cuidados de sua vida, seu desenvolvimento, centrando suas preocupações no núcleo familiar, em seus componentes, em especial, nos filhos.

A partir das modificações acontecidas do período medieval até o século XV, cujos os sentimentos familiares se deslocaram de uma esfera mais social para uma mais pessoal, entende-se que, para Ariès, “Entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança havia conquistado um lugar junto de seus pais (...)” (1981, p. 270), o que deu à família do século XVII sua principal característica, embora, como destacamos anteriormente, ela conserva marcas de grande sociabilidade, visto que, no século XVII a conceituação de família encontrou um equilíbrio entre a educação da criança, sua principal função entendida por nós, e sua interação social, entendida aqui como razão da família, base da sociedade.

Na modernidade, compreendida a partir do século XVIII, segundo o entendimento de Ariès (1981) a família se transforma:

(...) separa-se do mundo e opõe-se à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção da criança, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças mais do que a família. (ARIÈS, 1981, p. 271).

Nessa perspectiva, dos tempos modernos, a família se opõe à sociedade. Entendemos que as preocupações familiares desta época, com as crianças, provocaram tentativas para inibir as influências sociais na educação dos filhos. Sendo priorizados os princípios familiares em detrimento das relações sociais.

Ainda assim é importante ressaltar que este delineamento histórico é, preponderantemente, realizado sobre um tipo de família, a nuclear. Uma vez que predominava socialmente nos períodos já contextualizado historicamente. É relevante destacar que o termo

“socialmente” é utilizado por Gimeno (2001) que, trata dos **mitos de família**, tendo a família projetado para a sociedade uma imagem aceitável. Interiormente, todos agem orientados para concretizar o mito, ocultando a realidade das experiências, vivências ou sentimentos. Protegendo segredos que está guardado entre seus membros, intrínseco à família, não percebido ou visível socialmente.

Essa abordagem destaca que os mitos de família escondem: casos extraconjugais, filhos fora do casamento, casamentos arrançados, divórcios disfarçados e etc. A esse respeito, citamos em, Kehl (2015),

(...) 'tradicional família brasileira – família organizada em torno do patriarca fundiário, com sua contrapartida de filhos ilegítimos abandonados na senzala ou na colônia, a esposa oficial calada e suspirosa, os filhos obedientes e temerosos do pai, dentre os quais se destacariam um ou dois futuros aprendizes de tiranete doméstico' (KEHL, 2015, p.3).

Nessa constatação, foi percebida a existência dos chamados “mitos de famílias”, evidenciando que a família citada, apesar de ser um modelo nuclear, não segue os padrões delimitados pela mesma.

Outro ponto interessante nessa discussão está relacionado às questões biológicas, pois segundo Gimeno (2001), é comum a todas as culturas, “a proteção biológica de seus descendentes e a transmissão dos modelos e normas que permitem a sua integração comunitária” (p.17), esse equilíbrio ocorrido em meados do século XVII, não permaneceu como vimos na modernidade. E a conceituação de família possui modificações até os dias de hoje, discordando de Ariès (1981), quando afirma que, “o sentimento de família modificou-se muito pouco. Ele permaneceu o mesmo que observamos nas burguesias rurais ou urbanas do século XVIII.” (p. 271), pois entendemos que na contemporaneidade, segundo Teixeira (2013):

As famílias em questão estão desenvolvendo tipos de relações familiares que são adições recentes às sociedades ocidentais modernas. Os membros dessas famílias estão desenvolvendo suas próprias formas de ajustar-se às circunstâncias relativamente inexploradas em que se encontram. As transformações são intensas e talvez o mais apropriado seja dizer que mesmo com divórcios, as famílias não se desfazem, sobretudo quando há filhos envolvidos, pois, os laços permanecem. (TEIXEIRA, 2013, p.14).

Essa perspectiva, não é mais, como vimos no período medieval, quando privilegiava-se a honra familiar perante a sociedade, nem a primordial formação da criança, mas sim todo o sentimento familiar constituído em face do bem-estar de todos os seus membros.

Portanto, o caminho percorrido pela conceituação familiar permite-nos perceber, a vulnerabilidade de se buscar um conceito único de família, pois é sabido que este se modifica constantemente pelo contexto de vida, a partir das transformações sociais e das expectativas humanas. Sendo assim, nesse breve delineamento histórico, percebemos que se buscou definições dos conceitos de famílias para melhor representá-las, no entanto as delimitações não deram conta da abrangência dos modelos de família citados.

Assim, na atualidade, percebendo as estruturas familiares em face das grandes mudanças ocorridas nos cenários social, econômico e cultural, por isso, seremos a partir daqui orientados pelos estudos de Gimeno (2001), que melhor nos instruirá nesse sentido, como podemos perceber na sua constatação, que:

(...), mais importante que a família definida é a família percebida, quer dizer, as pessoas a quem consideramos como sendo da família em sentido próximo, aqueles em que confiamos mais ao longo dos anos, da distância, a partir de e para além de laços de sangue. (GIMENO, 2001, p. 39).

Essa percepção de Gimeno trata-se de uma visão atual, da definição de família, visto que muito das conceituações estudadas anteriormente se perderam ao longo do tempo. A família, da atualidade, se constitui também, por entrelaço de sentimento, que podemos denominar de consideração, amor, cuidado com o outro, mesmo que o membro seja da família, mas não possua laços sanguíneos.

Dessa forma, a família não se estrutura mais a partir de um modelo único, de fato. Estudos demográficos recentes indicam tendências de afastamento em relação a este padrão, que as classes médias brasileiras adotaram como ideal: o Nuclear, mas pelo contrário, percebemos que as famílias se estruturam muito mais a partir de seus sentimentos e necessidades, como afirma Kehl (2015):

Neste cenário de extrema mobilidade das configurações familiares, novas formas de convívio vem sendo improvisadas em torno da necessidade -que não se alterou- de criar os filhos, frutos de uniões amorosas temporárias que nenhuma lei, (...) consegue mais obrigar a que se eternizem. (KEHL, 2015, p.1).

A partir daí as famílias são definidas, tipificadas, e surgem os mais diversificados tipos que a ciência tenta definir. Nessas perspectivas de famílias, as definições serão sempre mutáveis, variáveis e até insuficientes para a demanda das estruturas familiares que se forma a cada dia em nossa sociedade.

Vimos em Gimeno (2001), alguns tipos de família, em que são definidos em termos que estabelecem limites ou não. Assim, destacaremos dois principais termos: A Família Nuclear que “estabelece limites mais apertados e definidos, onde se incluem pais e filhos, que convivem no lar familiar sem outros parentes” (p.43); e a Família Ampliada, “inclui outros graus mais vastos de parentesco, abrangendo pelo menos três gerações no sentido vertical” (p. 44), sendo o tipo de família mais comum, pois abre espaço, amplia os limites em que a nuclear rigorosamente restringe.

Nesse mesmo estudo, a autora relaciona as famílias não normativas, tipificadas como: famílias mononucleares, famílias sem filhos, famílias reconstruídas, com confusões nas determinações dos seus limites, por sua ampla diversidade estrutural (GIMENO, 2001). E ainda, as famílias homoafetivas, que se configura com a união estável de pessoas do mesmo sexo, sobre isso nos esclarece Dias (2015), que “A nenhuma espécie de vínculo que tenha por base o afeto se pode deixar de conferir status de família, merecedora de proteção do Estado, pois a

constituição Federal (art. 1º, III) consagra, em norma pétrea, o respeito e a dignidade da pessoa humana” (p.45).

Os tipos de famílias percebidas em estudo são ampliados, desde a família nuclear até famílias com as mais diferentes estruturas, em seus limites, e configurações. Sendo definidas socialmente ou pelas pessoas que as constitui, para uma melhor compreensão e análise da família, costumando-se diferenciar basicamente em três níveis, segundo Gimeno (2001):

A família em sentido próximo, e em cujos limites costuma predominar o parentesco de primeiro grau, e a coabitação. Um segundo nível de família tem limites mais alargados e nela se incluem familiares de segundo ou terceiro grau, selecionados em função dos vínculos afectivos e da frequência do relacionamento. Num terceiro nível, incluem-se os denominados parentes e para os quais a delimitação é costume fazer-se pela relação de parentesco, interação e relação afectiva pouco estreitas (sic). (GIMENO, 2001, p. 45).

Além das definições encontradas em Gimeno (2001), percebemos ainda nos estudos de Kehl (2015), que ela define um novo tipo de família, a qual chama de família tentacular – “(...) na falta de um padrão que corresponda às novas composições familiares, na construção de um futuro o mais parecido possível com os ideais da família do passado” (p. 3). Dessa forma, Kehl busca definir famílias com as estruturas que se formam na contemporaneidade, mas que atenda as ideias de famílias construídas em tempos passados, entendemos que ela estabelece um comparativo entre esses dois momentos: presente e passado, resultando na constatação descrita por ela a seguir,

O núcleo central da família contemporânea foi implodido, atravessado pelo contato íntimo com adultos, adolescentes e crianças vindas de outras famílias. Na confusa árvore genealógica da família tentacular, irmãos não consanguíneos convivem com “padrastos” ou “madrastas” (na falta de termos melhores), às vezes já de uma segunda ou terceira união de um de seus pais, acumulando vínculos profundos com pessoas que não fazem parte do núcleo original de suas vidas. (KEHL, 2015, p. 3).

Então, a família tentacular, apresenta uma estrutura familiar presente, hoje, em nossa sociedade que também consideraremos, dentre as demais, como um modelo de família presente em nosso estudo.

No contexto de desenvolvimento social e intelectual, a família é um dos primeiros meios de atuação dos seres humanos, seus aprendizados se darão com ela e as influências recebidas pelas crianças serão a partir dela, até que seu contexto social se amplie.

A educação das crianças sofre muitas influências sociais que são estabelecidas pelos princípios interacionistas, pois constatamos que o "aprender" é entendido como resultado das relações que mantemos durante o desenvolvimento. Assim, como enfatizou Vygotsky (1991) sobre o papel das relações sociais na constituição do psiquismo humano, compreendendo que o modo de agir, pensar e explicar, representar o mundo e a si mesmo e que a partir dessas relações sociais se constrói o ser social.

Como explicita Marangoni (2011), a importância da família no desenvolvimento humano é inegável, consiste no primeiro espaço de convivência e construção de significados.

O ser humano promove a transmissão de valores e práticas socioculturais por meio dos relacionamentos entre as gerações, principalmente no seio da família.

Dessa forma, considerando a família, o primeiro contexto de desenvolvimento social e segundo Vygotsky (1991), em princípios interacionistas, a socialização é o meio para a aprendizagem e consequentemente desenvolvimento intelectual. Podemos entender que o contexto familiar é em princípio de desenvolvimento e de grande relevância para a vida da pessoa humana. Confirmados em Teixeira (2013):

Assim, compreendemos que os primeiros passos para formação do indivíduo deveriam acontecer no âmbito familiar. A família é um agente educador cuja função é transmitir a herança cultural e social durante os primeiros anos de vida, preparando a criança para seu ingresso na sociedade. (TEIXEIRA, 2013, p. 5).

Considerando, as condições em que as famílias vêm se constituindo ao longo dos tempos, com vulnerabilidades e a estrutura que se apresenta na atualidade, ou melhor sem estrutura definida, como diz Gimeno (2001), sobre famílias não normativas: a especificidade do desenvolvimento humano torna-se ainda mais específico em cada situação familiar.

As famílias podem se diferenciar umas das outras pelos papéis dos seus atores, pois muitos não têm consciência de sua função no desenvolvimento das crianças e despreza a sua função social dentro da instituição da família. Como nos revela Kehl (2015), o abandono da função da família como a “patologia da família” – representam uma desestruturação, pois “não conseguem confiar na estrutura criada a partir de suas necessidades e deslocamentos afetivos”. Dessa forma, se omitem a uma educação tradicional de transmissão de valores, e ainda por apresentarem um comportamento individualista e próprio das sociedades capitalistas, projetam a educação em direção ao futuro, onde as crianças são muitas vezes subestimadas, justificando a problemática existência privatizada dos adultos de hoje. Com efeito, percebemos em Santos (2009) que:

(...) a família tem condições muito precárias para realizar a socialização primária e, cada vez menos, o faz devidamente (...) os pais mantêm pouco contato com seus filhos e os momentos de diálogo e refeições em comum são poucos, o que desfavorece a transmissão de conhecimentos elementares de civilidade. (SANTOS, 2009, p. 167).

O autor nos alerta para o fato de que os aprendizados das crianças, muitas vezes, ficam por conta de terceiros. Quando estão em casa, gastam o tempo com jogos, programas de televisão, filmes e desenhos. Por vezes, as crianças interagem mais com empregadas ou babás que muitas vezes não tem nenhum compromisso com a educação da criança. Quando fora de casa, na rua com outros colegas, pessoas da vizinhança em vivências cotidianas e que as vezes, não muito educativas.

Kehl (2015), fala que o maior abandono familiar sofrido pelas crianças de hoje, trata-se do moral, quando o adulto responsável “não banca sua diferença diante dele” (p. 5), isto é, não assumem suas dificuldades na tarefa de educar e acaba por quererem suprir a ausência da educação com a satisfação de desejos ilimitados dessas crianças. Com essas atitudes acaba por desfazer dos fundamentos simbólicos de sua autoridade. Como afirma, Kehl (2015) dizer, ““Eu

não permito que você faça tal ou tal coisa' é um ato performático de linguagem que não precisa ser justificado" (...) que é fundado na "profunda convicção, por parte do adulto, de sua responsabilidade em relação à criança". (p. 5)

Segundo Teixeira (2013), "A família, na maioria das vezes, reconhece suas dificuldades em cumprir o papel de socialização primária e remete grande parte desta responsabilidade para a escola." (p. 5), atribuindo sua função a outra instituição que já possui uma função na educação das crianças. Esse equívoco, por parte da família, gera conflitos, pois, a escola necessita da parceria da família e não de outras atribuições para que a criança obtenha êxito no seu desenvolvimento.

Provavelmente, se a família se omite, à sua função na primeira socialização da criança, é possível que se dobrem os esforços para o desenvolvimento da mesma na escola. Outra hipótese levantada é que ela não se desenvolva dentro da perspectiva esperada, por não ter atendidas as condições necessárias para ela se desenvolver dentro dos seus primeiros contextos de socialização, Família e Escola.

É importante, perceber as configurações dos contextos familiares em que as crianças estão se desenvolvendo, para melhor entender seu comportamento no contexto escolar, buscaremos nos estudos de Gimeno (2001), a configuração do contexto da família atual:

Um espaço de identidade facilitada não só no desenvolvimento pessoal dos filhos menores, mas também dos adultos das três gerações. Os jovens adultos prologam a sua estadia na família de origem e os de idade mais adulta e até avançada deixam de ser seres estáticos para se tornarem em seres em vias de auto realização, sujeitos a transições evolutivas e a crises normativas e não normativas, que surgem e se resolvem no seio da família. (GIMENO, 2001, p. 58).

Portanto, o contexto familiar é algo de grande complexidade na constituição do desenvolvimento humano e de muita relevância para a formação do ser humano. Seu estudo tem importância inegável para auxiliar a educação da criança na escola. O conhecimento desse contexto pelo educador é de grande valia, pois existem as particularidades que devem ser consideradas.

2.2. A Educação Infantil e suas singularidades no contexto escolar segundo as diretrizes educacionais brasileiras.

A Temática central do nosso objeto de estudo é direcionada às crianças pequenas, pois, visamos compreender os efeitos das relações, Família contra Escola, no comportamento das crianças. Com efeito, faz-se necessário, apresentar a singularidade do contexto de educação direcionada às crianças pequenas, como a proposta da Educação Infantil que vem esclarecer as perspectivas educacionais que estamos tratando.

A regulamentação é o conjunto de leis e normas que orienta a criação, a autorização, o funcionamento, a supervisão e a avaliação das instituições de educação infantil, portanto, o atendimento na educação infantil deve observar leis e normas municipais, estaduais e federais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Diretrizes Curriculares Nacionais para

Educação Infantil (MEC/CNE 2009), a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), as exigências referentes à Construção Civil e ao Código Sanitário, e é segundo estas que nos orientamos para entender a singularidade da Educação Infantil.

A Educação Infantil, tratada em termos legais e normativos, segundo as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), é considerada a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. Promovendo o desenvolvimento dos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. O texto legal marca ainda a complementaridade entre as instituições de educação infantil e a família e define a Educação Infantil como direito humano (BRASIL, 2015):

A educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais, nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual. (BRASIL, 2015).

Portanto, para o ingresso na educação infantil, é importante perceber, que, apesar de existirem critérios para a seleção das crianças a serem matriculados nas creches e pré-escolas, esses critérios não podem restringir, impedir ou dificultar o direito da criança à educação e na verdade devem ser entendidos com os critérios de prioridade e não de exclusividade, pois há uma característica que torna a educação infantil, bem singular, segundo a Coordenação Geral de Educação Infantil (BRASIL, 2015),

têm a tarefa complexa de receber crianças a qualquer tempo e idade. É possível, por exemplo, que crianças ingressem com seis meses, com dois anos ou cinco anos. Esta especificidade da educação infantil exige uma flexibilidade em relação às propostas pedagógicas e em relação aos objetivos educacionais que se pretende alcançar. (BRASIL, 2015).

A tarefa de adaptar uma criança, sem muita experiência educacional e extrafamiliar, torna-se bem complexa a atividade do professor de educação infantil. Pois, o mesmo precisa seguir o plano com flexibilidade respeitando os conhecimentos que a crianças apresentam. Deverá procurar não retardar os avanços no desenvolvimento das demais crianças já adaptadas e contextualizadas à situação pré-escolar de aprendizagem.

No artigo 30, a LDB dispõe sobre os tipos de ambientes em que a educação infantil deverá ser oferecida e suas respectivas idades.

Para crianças de até três anos de idade, a educação deve ser oferecida em creches ou entidades equivalentes; e para as crianças de quatro a seis anos de idade a educação institucionalizada deve ser oferecida em pré-escolas (Brasil, 1996). Mas, segundo a Resolução CNE/CEB Nº 5/2009 art. 5º, § 2º, só é obrigatória a matrícula na educação infantil de crianças que, completam quatro ou cinco anos de idade até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. E ainda, todas as crianças que completam seis anos depois de 31 de março do ano da

matrícula, devem permanecer na educação infantil, conforme consta na Resolução CNE/CEB nº 5/2009.

Mas, para entendermos melhor que tipos de instituições são essas, a Coordenação Geral de Educação Infantil (BRASIL, 1998), informa que, segundo a CNE/CEB nº 5/2009,

Creches e Pré-escolas se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (CNE, 2009, art. 5, § 5).

De modo geral, as normas abordam critérios e exigências que balizam o funcionamento das instituições de educação infantil, tais como: formação dos professores; espaços físicos, incluindo parâmetros para assegurar higiene, segurança, conforto; número de crianças por professor; proposta pedagógica; gestão dos estabelecimentos; e documentação exigida.

É importante entender, que muitos Municípios utilizam o espaço físico de escolas de Ensino Fundamental para instalar turmas de Educação Infantil - pré-escola. Essa alternativa exige, que a proposta pedagógica contemple as especificidades da faixa etária e que o espaço físico esteja adequado para o desenvolvimento do trabalho da Educação Infantil.

Assim, é indispensável fazer uma avaliação das características do espaço e das condições dos ambientes físico, levando-se em conta as especificidades tanto das crianças da Educação Infantil quanto as do Ensino Fundamental. Nessa avaliação, é imprescindível observar a legislação local e verificar as condições de acessibilidade das instalações para as pessoas com deficiência, estabelecidos nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil e Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação - MEC.

No texto da LDB, sobre a Educação Infantil é disposto no art. 31, que a avaliação deve ser realizada por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento, nos seguintes aspectos de desenvolvimento: Social, cognitivo, físico, motor e afetivo. As avaliações são prioritariamente contínuas e o documento avaliativo é o relatório de desenvolvimento periódico.

A progressão acontece por meio da idade, a criança que completa ano de nascimento até os três primeiros meses do ano vigente, se enquadrará na turma de acordo com sua idade. A Educação Infantil se configura como um conjunto de etapas educativas, dedicadas aos cuidados e à educação, sendo a primeira escolarização da criança. Sua finalidade é de promover seu desenvolvimento, e ao mesmo tempo, otimizando o ingresso da criança no Ensino Fundamental.

As definições dos objetivos da Educação Infantil são percebidas em Paniagua e Palacios (2007), como uma problematização. Essa questão está no fato que a Educação Infantil tem objetivos próprios de promoção. O desenvolvimento da criança não deve ser entendido como único objetivo ao acesso no Ensino Fundamental, pois a fase da pré-escolar é independente do Ensino Fundamental. Segundo as determinações da legislação vigente, a

criança só terá acesso à Educação Infantil na completude da idade permitida para esta etapa da educação (BRASIL, 2015):

A educação infantil não trabalha com parâmetros de retenção (crianças com desenvolvimento julgado lento em relação a outras) e nem de aceleração (crianças julgadas como espertas ou “superdotadas”), espera-se que todas as crianças convivam com suas diferenças em seu grupo de idade e aprendam a partir daí. Da mesma forma, não são aplicáveis na educação infantil expressões como “repetir o ano” ou “perder o ano”, no caso de crianças que, não alcançando a idade de corte proposta no sistema, não irão de imediato para o ensino fundamental (BRASIL, 2015).

A Educação Infantil contempla diferentes turmas da pré-escola cuja nomenclatura é a mesma, mas com programas de ensino distintos. A proposta pedagógica da instituição deverá assegurar novas e amplas experiências para crianças que, por motivo de idade, permanecerão na Educação Infantil.

Uma outra especificidade da Educação Infantil está na quantidade de alunos por professor, que deve oferecer atenção, responsabilidade e interação para e com as crianças e suas famílias. Levando em consideração as características do espaço físico e das crianças, no caso dos agrupamentos com criança da mesma faixa de idade, recomenda-se a proporção de 6 a 8 crianças por professor (no caso de crianças de zero a um ano), 15 crianças por professor (no caso de crianças de dois a três anos) e 20 crianças por professor (nos agrupamentos de crianças de quatro e cinco anos).

A proposta curricular é peculiar, pois, sendo apresentada pelo RCNEI (BRASIL, 1998): No âmbito da experiência, **Formação Pessoal e Social**, que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças; E no âmbito da experiência, **Conhecimento de Mundo**, que contém seis eixos de trabalho para a construção das diferentes linguagens, pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Já a regulamentação, leis e normas que orienta a criação, a autorização, o funcionamento, a supervisão e a avaliação das instituições de Educação Infantil, nos possibilita um grande conhecimento acerca dos direitos instituídos para a Educação Infantil, normatizando, regulamentando, dando apoio a constituição dessa etapa da educação tão peculiar e significativa no desenvolvimento humano das crianças, posteriormente aos jovens e adultos que dela se beneficia na sua aprendizagem educacional durante a infância.

Um estudo específico e detido, a todo conjunto que constitui a legislação vigente para a Educação Infantil, possibilitará não apenas o conhecimento, mas efetivar os direitos educacionais nacionais de nossas crianças e toda a riqueza de desenvolvimento que ele contempla em suas determinações. No entanto, é importante ressaltar a relevância de se debruçar sobre as nossas regulamentações educacionais, a fim de cumprir como cidadãos o papel social e promover desenvolvimento humano das crianças.

A proposta pedagógica da Educação Infantil para o desenvolvimento das crianças da pré-escola II – crianças de 5 anos, é estabelecida pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009:

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

A educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB nº 9.394/96, art. 29). Esse tratamento integral dos vários aspectos do desenvolvimento infantil evidencia a dissociabilidade do educar e cuidar no atendimento às crianças.

A Educação Infantil, como dever do Estado, é ofertada em instituições próprias pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos – em jornada parcial ou integral, por meio de práticas pedagógicas cotidianas. Essas práticas devem ser intencionalmente planejadas, sistematizadas e avaliadas em um projeto político-pedagógico, que deve ser elaborado com a participação da comunidade escolar e extraescolar e desenvolvido por professores habilitados.

A Educação Infantil ocorre em espaços institucionais, coletivos, não domésticos, públicos ou privados, caracterizados como estabelecimentos educacionais e submetidos a múltiplos mecanismos de acompanhamento e controle social.

Conforme a Resolução CEB/CNE nº 5/2009, art.5º, § 6º, é considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias, e em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Em geral, o funcionamento do calendário das instituições públicas de Educação Infantil acompanha os do Ensino Fundamental e Médio, que conforme a LDB deve ter 200 dias e 800 horas, como carga mínima anual.

A proposta pedagógica é a identidade de uma instituição educativa. Para tanto a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e a interação com outras crianças (Res. CNE/CEB nº 5/2009, art.8º). As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivência, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

A proposta pedagógica revela o contexto, a história, os sonhos, os desejos, as crenças, os valores, as concepções, indicando os princípios e as diretrizes que orientam a ação de educar as crianças. Revela ainda as formas de organização, planejamento, avaliação, as articulações,

os desafios e formas de superá-los. Uma vez que o processo de constituição de identidades é dinâmico, a proposta pedagógica de uma instituição está sempre num movimento de construção e reconstrução e toda instituição implementa uma proposta pedagógica por meio de práticas e ações. Sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja e aprende.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Resolução CNE/CEB nº 5/2009, art. 3º). As práticas devem ser intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas. Contudo, essas práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico (Parecer CNE/CEB nº 20/2009, pág. 6).

As propostas curriculares da Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis (Parecer CNE/CEB nº 20/2009, pág. 6).

Os ambientes nas pré-escolas devem favorecer a proposta pedagógica da Educação Infantil, podendo ser desafiadores, flexíveis, interativos, reveladores das produções das crianças, limpos, arejados, iluminados, adequados e seguros às especificidades das faixas etárias, favorecedores do desenvolvimento da autonomia e da construção da identidade das crianças. Vale ressaltar a importância da organização desses ambientes, é preciso que eles estejam em consonância com as concepções explicitadas na proposta pedagógica. Dessa forma, possibilitará a aprendizagem, o desenvolvimento, oportunizará o crescimento, garantirá a segurança e a confiança, promoverá interações e também a privacidade das crianças.

Na Educação Infantil, a rotina possui relevância por apresentar uma regularidade na organização do tempo, tão necessária às diferentes idades. As atividades que se repetem regularmente passam a atuar como reguladores do tempo para as crianças, permitindo que elas se organizem no espaço e no tempo, por meio de referências que se tornam estáveis. (Coleção Proinfantil /MEC, Vol. II, Módulo III, Unidade 8).

Outra ação necessária, que deve ser contemplada pela proposta pedagógica para a Educação Infantil, trata-se do “Brincar” como ação vital para a criança, a brincadeira tem uma função lúdica que estimula a imaginação da criança. É por meio do “Brincar” que a criança vai significar e ressignificar o real, tornando sujeito e colaborador.

Diante dos pontos elencados, apresentaremos a proposta instituída como o Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998), que propõe os objetivos gerais para o desenvolvimento da criança. Sendo que a prática da Educação Infantil deverá se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
 - descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
 - estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
 - estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
 - observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
 - brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
 - utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
 - conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.
- (BRASIL, 1998, p.63)

Dessa forma, percebemos o contexto de Educação Infantil, como sendo um ambiente bem peculiar, direcionado ao desenvolvimento integral da criança pequena em suas particularidades.

2.3. A Relação Família-Escola: o papel desse contexto na educação da criança.

Ao abordar a temática família-escola, precisamos ter em mente, que se trata de duas instituições com contextos de interação social voltados principalmente para a promoção do desenvolvimento humano na atualidade. Seus papéis são muitas vezes confundidos por estarem voltado, em especial, para a educação da criança pequena.

Ao definir papéis, podemos colocar de forma bem clara e objetiva, que cabe a família, como primeira instituição promotora do desenvolvimento da criança, o papel de educar para o convívio em outros contextos. Oferecendo-lhes práticas normativas de vivência em sociedade, especificamente a sociedade que se constituem. Como é colocado por Dessen e Polonia (2007) “Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (p. 22).

A família é promotora de exemplos afetivos de como se relacionar com o outro como também, de distinguir os tipos de relações. Introduzir práticas comunicativas, como a linguagem, olhar, gestos e expressões, enfim, tudo que é primitivo ao desenvolvimento do ser humano. Ao entrar em uma sociedade, no convívio com demais pessoas, como enfatiza Dessen

e Polônia (2007), “A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais” (p.22)

A escola é considerada como a instituição secundária ao desenvolvimento, na ausência dos familiares e em complementariedade com ela, promover o desenvolvimento integral nos aspectos afetivos, físico-motor, cognitivo, social, numa proposta educacional coletiva de aprendizados intencionais. Régio (2003), coloca que a escola e a família compartilham funções sociais, políticas educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão. Tendo como colaboradores Dessen e Polônia (2007, p. 26), que afirma;

à escola compete propiciar recursos psicológicos para a evolução intelectual, social e cultural do homem (Hedeggard, 2002; Rego, 2003). Ao desenvolver, por meio de atividades sistemáticas, a articulação dos conhecimentos culturalmente organizados, ela possibilita a apropriação da experiência acumulada e as formas de pensar, agir e interagir no mundo, oriundas dessas experiências.

Assim, o “papel da escola” é de ser mediadora do processo de educação formal, que em parceria com a família promoverá o desenvolvimento da criança pequena. Como podemos destacar em Dessen e Polônia (2007),

A escola é uma instituição social com objetivos e metas determinadas, que emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos, com o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de ideias, organização e sequência de conhecimentos, dentre outras (OLIVEIRA, 2009 –apud p. 26)

Dentro dessa abordagem, vimos que a escola é um espaço promovedor do desenvolvimento educacional. Diante de seu numeroso apoio pedagógico, é colocado por Dessen e Polônia (2007), que a escola fica o papel de planejar estratégias para uma aproximação com as famílias, caso estas faltem a seu papel, mesmo para facilitar a interação e reconhecer a sua importância na educação da criança.

É importante ter o pensamento de que a instituição escolar, o prédio onde funciona a escola, só ganha sentido a partir do momento que há pessoas para lhes dá esse sentido, fazer com que ele tenha “vida”. Como aponta Dessen e Polônia (2007):

A escola constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores e que é permeado por conflitos, problemas e diferenças (MAHONEY, 2002 – apud p. 25)

Assim, podemos destacar a importância dos funcionários da escola: Professores, diretores, equipe técnica, auxiliares, vigias, assistentes administrativos, merendeiras como agente de interações constituidores dos problemas, conflitos e diferenças no contexto. Em suas funções como destaca em seu texto sobre os funcionários de escolas, Monlevade (2012):

Aos professores compete o papel de garantir a aprendizagem dos alunos, por meio das atividades de ensino. Às merendeiras, a educação alimentar; aos encarregados da limpeza e manutenção, a educação ambiental; às auxiliares de bibliotecas, dos laboratórios, de vídeos, a educação para a cultura, para a comunicação, para o lazer; aos que trabalham nas secretarias, a educação para a gestão democrática, para a responsabilidade cidadã. (p.65)

Cada um desses agentes tem um papel de grande importância na constituição maior da educação da criança, objeto fim da instituição escolar. No entanto, as relações interpessoais são inevitáveis nesse meio educacional, e é nessa interação pessoa-pessoa que acontece a maioria dos aprendizados segundo a concepção Vigotskiana, todos esses atores citados acima entre outros é que dão sentido a escola e promovem de forma indireta e direta a educação escolar da criança. Sobre esse assunto, ainda, é destacada a importância de os funcionários de escolas possuírem uma formação técnica em sua função e uma formação educacional para trabalhar em escolas, segundo, Monlevade (2012):

O funcionário precisa reunir, no mínimo, três conjuntos de competências: a de especialista num determinado campo de conhecimento técnico (alimentação, por exemplo); a de habilitado na metodologia de sua função educativa específica (alimentação escolar); a de educador escolar, ou seja, alguém preparado e comprometido com a educação e com a proposta pedagógica da escola onde atua. (p.66)

Essas posturas, também se aplica ao professor, na relação com criança, por ser uma das principais atividades escolares que envolve aprendizados diretos e intencionais direcionados as crianças pequena, na promoção do seu desenvolvimento.

Ainda assim, a educação escolar acontece, ou melhor, deveria acontecer como complemento a educação familiar. E a escola não pode ser único meio em que a criança adquire educação para viver em sociedade, especificamente, porque tratar do comportamento da criança em desenvolvimento. Reconhecer que a educação prima por outros aspectos, também é importante para entender sobre o comportamento da criança.

Sendo assim, pretendemos destacar a inserção da família neste contexto, em interação com os atores, pessoa-pessoa.

Primeiramente, destacamos a importância da participação ativa dos pais no cotidiano das instituições de Educação Infantil. Essa relação deve ser de parceria, de trocas, de corresponsabilidade no cuidar e educar das crianças, para que haja coerência nas ações e dessa forma as crianças sejam beneficiadas.

Os pais devem estar envolvidos na organização das instituições, nas decisões relativas à organização das propostas e do trabalho cotidiano, bem como, trazê-los para vivenciar o cotidiano da instituição. Como recomenda Dessen e Polônia (2007):

Sendo assim, as escolas devem procurar inserir no seu projeto pedagógico um espaço para valorizar, reconhecer e trabalhar as práticas educativas familiares e utilizá-las como recurso importante nos processos de aprendizagem dos alunos. Mas, a colaboração entre esses contextos deve levar em consideração

as diferenças culturais, a formação para cidadania e a valorização de ações e de decisões coletivas. (p. 28)

Para isso, é preciso oferecer momentos de socialização e reflexão sobre o que é cuidar e educar, sobre as etapas do desenvolvimento humano, sobre a proposta pedagógica institucional, sobre a inclusão e a diversidade. É necessário, ainda, garantir comunicação clara com a família por meio de diferentes estratégias, tais como: murais, reuniões coletivas, agendas, comunicações orais e escritas. Investir no intercâmbio, trocas constantes, por meio de entrevistas, fichas de caracterização, anamnese, processo de acolhida, grupo de orientação aos pais. Deve-se lembrar que cada família tem expectativas, vivências e concepções diferentes em relação à educação e aos cuidados para com as crianças. Facilitar a relação com a família culmina em facilitar o processo de desenvolvimento da criança, e em especial auxilia a prática educativa na escola, dessa forma o MEC (2013) oferece propostas a esse respeito:

Estabelecer uma boa relação com os pais, passando segurança, falando da rotina, interações e proposta pedagógica;
Oferecer um guia de orientação aos pais com dicas de como se portarem nesse período, se interessando pela rotina da criança, frequentando a instituição, cumprindo o horário para não fazer a criança esperar muito tempo;
Ter uma pessoa da equipe disponível para ouvir e informar aos pais e familiares;
Socializar com os pais as atividades, interesses e comportamentos da criança durante esse período;
Permitir que os pais levem seus filhos até a sala ou entrem em qualquer horário na instituição;
Agir sempre buscando o equilíbrio entre a firmeza e o acolhimento;
Mediar os conflitos quando surgirem, sem negá-los ou tentar resolvê-los de forma autoritária;
Conhecer as preferências das crianças através de diálogo com a família;
Acompanhar com mais atenção as crianças que choram, permitir que elas expressem tristeza e consolá-las para que possam ter mais segurança;
Combinar com as famílias que as crianças possam trazer de casa como brinquedos, fraldas, panos;
Oferecer aos pequenos alimentação e rotinas semelhantes à de casa, e gradativamente alterando-as para as praticadas na escola;
Promover a presença dos pais nos primeiros dias;
Inicialmente reduzir as horas de frequência da criança de forma a aumentar gradualmente;
Construir um plano para receber bem as crianças e suas famílias nos primeiros dias, com atividades que despertem o interesse e prazer. (MEC, 2013).

Portanto, a relação familiar com a escola, embora, seja responsabilidade também da família, é cobrada da escola uma postura aberta, de inserção familiar por meios pedagógicos sistematizados, que visem o desenvolvimento da criança.

2.4. Influências no comportamento Infantil: concepções teóricas.

A Compreensão do comportamento da criança durante a primeira infância, auxiliará no nosso entendimento para análise do objeto de pesquisa, pensando na abordagem interacionista, uma vez que, os aprendizados são frutos das relações sociais. Basearemos nossa reflexão nos estudos de Vygotsky com perspectivas do desenvolvimento comportamental. Para isso, tentamos nos situar no referencial teórico da psicologia da educação, que nos aponta caminhos de entendimento do comportamento infantil e que justifica nossa escolha para fins de análise de dados colhidos na pesquisa em que se estabelecerá reflexão acerca do comportamento infantil na escola, influenciado pelas famílias.

A educação, entendida como processo não isolado, é abordada em várias teorias sob paradigmas, que nos ajuda a compreender as várias concepções. Embora, algumas abordem a educação em um único ponto de vista, perceberemos no decorrer desta discussão que se inicia, que a educação é algo de uma complexidade, que torna impossível mensurá-la em uma única concepção.

Assim também, percebemos o comportamento como fruto de várias influências, igualmente concebido, sob tantos paradigmas aos quais perceberemos presente no ambiente escolar e familiar, esses dois ambientes aqui citados é de grande relevância para o estudo e reflexão pelos profissionais voltados a educação, que buscam promover conscientemente o desenvolvimento humano.

No nosso modesto estudo das influências ao comportamento, abordando brevemente a teoria da psicanálise, comportamentalismo, psicologia genética, que referenciamos em Cunha (2008), baseado na sua análise das contribuições da psicologia da educação. Observando também a teoria Histórico-social, na abordagem de Duarte (1993), e no estudo de Rego (2001), sobre Vygotsky, numa perspectiva histórico-cultural da educação.

Aborda a concepção de Freud, que embora não tenha sido adepto a essa inclinação da sua teoria, possibilitou importantes reflexões acerca da educação. Assim Cunha, (2008), diz:

Os ensinamentos psicanalíticos dirigem nossa atenção para o vasto e complexo mundo subjetivo oculto no interior de professor e aluno, cada qual sofrendo constantemente a pressão de seus respectivos desejos, muitos dos quais atingidos pela repressão. (CUNHA, 2008, p.14).

Segundo a psicanálise, na educação escolar as questões objetivas (método, planejamento, conteúdos, etc.) são o que menos importa no ato de educar. Ela viria abordar as questões humanas, os aspectos intrínsecos dos indivíduos do processo educacional, professor – aluno, contribuindo assim para a compreensão das dificuldades que apresentam no âmbito do seu desenvolvimento, que é percebido pela educação nos aspectos: sócio – interacional, físico, cognitivo, afetivo, sendo justamente neste âmbito que atua a educação direcionada as crianças pequenas. Poderíamos entender, que a teoria freudiana, segundo os estudos de Cunha (2008) é de grande valia para os estudos da temática aqui abordada.

No entanto, a teoria subjetiva que concebe o estudo do inconsciente, e que segundo o entendimento comportamentalista, “Não há meios de provar cientificamente que o inconsciente existe, por mais que a análise clínica estabeleça vínculos entre um sonho ou uma neurose e certos eventos da vida infantil do indivíduo” (p.38). Mesmo assim, os estudos sobre a psicanálise voltados a educação possibilitam meios alternativos para a prática na sala de aula, campo de vários aspectos pedagógicos, como por exemplo: a inter-relação dos indivíduos que a constitui. Segundo Cunha, a psicanálise:

Abre um caminho diferente e frutífero para os professores, o caminho da vivência humanizadora, da compreensão do outro, da busca das boas relações do indivíduo consigo mesmo e com os que o cercam. Menos ênfase no método mais preocupação com a pessoa (CUNHA, 2008, p.15).

Entendendo que, para o ensino, é impossível desconsiderar, a relação entre os atores do processo ensino-aprendizagem, e que estes são diretamente responsáveis pelo sucesso da educação, - como fala Freire (2004), “Não há docência sem dicência”, o pressuposto desta frase está no entendimento de que o professor só ensina se houver quem aprenda. - E mais ainda, pela transformação da educação. Para tanto, a educação encontra sentido na sociedade, entendida como lar e como escola, principalmente para a criança pequena.

A educação, vista pela psicanálise como repressora, em nosso entendimento, causa problemas ao desenvolvimento do indivíduo “sob a ótica da concepção Freudiana” (...) “a educação visa reprimir a energia sexual para convertê-la em sentimento que possa ser empregado em prol da harmonia social.” (p.33). Entendendo que para o indivíduo torna-se apto ao convívio social e coletivo, ele precisa comportar-se de acordo com as normas e princípios estabelecidos, embora não esteja em acordo com a concepção psicanalítica para a educação é preciso ser ensinado, pela família e pela escola, instância primária da educação e ao mesmo tempo da sociedade.

E ainda para Freud, a formação da personalidade da pessoa, primada pela legislação educacional como tarefa da educação escolar, em Cunha (2008) entende que, “os alicerces do caráter do indivíduo já se encontram firmados quando ele vai pela primeira vez à escola” (p. 29). Embora a escola e a família primem por formar o indivíduo, segundo regras e normas, não significa que serão apreendidas e seguidas por todos os indivíduos por ela formados, pois dependerá da forma como o indivíduo a concebe, como afirma Cunha (2008):

Outro aspecto relevante a ser considerado é que, quando nos referimos às experiências da criança com os adultos que a cercam – o modo como a mãe amamenta a criança por exemplo – e completamos dizendo que essas vivências determinam traços da personalidade, não queremos dizer que as atitudes dos pais produzam o caráter dos filhos. A psicanálise revela que o fator decisivo, no caso, é o modo como o indivíduo enxerga - ou fantasia – o mundo exterior, as pessoas e as atitudes das pessoas que se relacionam com ele. (CUNHA, 2008, p.23).

A psicanálise de Freud nos leva a um pensamento determinista em que muitos fatores da personalidade são imutáveis, principalmente pela educação que cabe a decisão de liberdade

ou repressão. Quando se opta pela “liberdade”, o indivíduo desenvolverá sem maiores problemas psicológicos, porém pouco preparado para a vida social. Por outro lado, quando se opta pela repressão, o indivíduo estará condicionado a viver “harmonicamente” em sociedade, porém permeado pelas neuroses psicológicas. Esse quadro refere-se à 2ª teoria do aparelho Psíquico, segundo Freud, ao ID (viver sob princípio do prazer) – Liberdade; SUPEREGO (viver sob princípios morais sociais) – repressão; faltando assim o EGO (formação do EU), outra opção que se torna ainda mais difícil, pela complexidade em si do processo de formação que se dá pela Equilibração do ID e do SUPEREGO (liberdade x repressão). Assim, segundo o paradigma da psicanálise em que a Equilibração fator preponderante se constituiria o desenvolvimento pleno do ser humano.

Portanto, não caberia à educação, a determinação dessas personalidades, caberia apenas estabelecer meios para a formação do indivíduo, facilitando-a ou não, por meios pedagógicos de que trata a educação escolar, promovendo de qualquer forma o desenvolvimento ainda que não satisfatório a essa teoria psicanalítica.

Essa compreensão, embora superficial, nos situa diante das possíveis contribuições para o entendimento do comportamento desenvolvido pela criança ao longo do período escolar influenciado pela família, se torna limitado para nosso estudo pela questão intrínseca apresentada, pois dependeríamos de uma percepção íntima das relações familiares, que se coloca fora do nosso objeto de estudo.

O comportamentalismo linha de pensamento científico que verifica, objetivamente, a existência de certas atitudes das pessoas que podem ser observadas e descritas. Entendendo o comportamento como a expressão visível de um organismo que pode ser registrado e quantificado. Constitui um pensamento muito seco, embora considere importante este aspecto para manter a cientificidade desse pensamento.

A teoria comportamentalista tem com pressuposto enquadrar os indivíduos em modelos que podem ser observáveis. Essa prática de entender o comportamento humano, comparando e mensurando, desconsidera uma série de aspectos inerentes ao ser humano, no entanto, é visivelmente praticado como método educacional, dependendo de interesse que estão por traz da educação, principalmente da massa popular.

Segundo os estudos de Cunha (2008) “O comportamentalismo traz consigo uma concepção de educação bastante utilitarista.” (p. 40), que considera ser possível transformar o indivíduo, por meio da educação e da reeducação, naquilo que desejamos, sendo assim uma visão bastante radical do comportamentalismo, pois desconsidera uma série de fatores que permeiam a personalidade humana. Essa concepção se encaixa perfeitamente nas ideologias tecnicista, de meados da revolução industrial – que não nos deteremos aqui -, que busca a formação com eficiência máxima, otimização de tempo e dos recursos desperdiçados. Assim o comportamentalismo reduz a educação do ser humano, ao atendimento de objetivos práticos, segundo Cunha (2008):

A visão elaborada pelos comportamentalistas sobre o ser humano implica a possibilidade de serem conhecidos os fatores que determinam o comportamento de indivíduos e mesmo de grupos. Podemos perceber os

fatores que constituem o ambiente doméstico, quer como procedem os membros da família, quer a existência de brinquedos, e, no caso da escola, as atitudes do professor, a disposição dos objetos na sala de aula, como estímulos que moldam o comportamento da criança. (CUNHA, 2008, p.40)

A educação diretamente ligada ao condicionamento do comportamento, a partir de estímulos oferecidos pelo professor, educar a criança para o comportamento desejado. A concepção comportamentalista desconsidera aspectos do ser humano como os que nos infere Freud sobre a preexistência da personalidade humana ao ambiente. Para Freud a educação estaria submetida aos aspectos psicológicos. Portanto, a teoria do comportamento nos permitir uma visão restrita do ser humano e para estudos devem-se considerar outros aspectos humano. Pois os aspectos abordados pela teoria são limitados e não consideram na inter-relação dos atores do processo de educação, as peculiaridades humanas. Essa perspectiva podemos perceber na afirmação de Cunha (2008):

O paradigma comportamentalista, no caso, é o recurso mais simples para explicar e controlar a ação humana e, na situação particular da escola, o comportamento de professores e alunos. Seus críticos dizem que ele é simplista e deixa de lado a infinita riqueza da alma humana. (CUNHA, 2008, p.41).

Dessa forma, o comportamentalismo pode ser percebido, como uma forma de pesquisa científica, um método de ensino para o condicionamento do comportamento através de diversos estímulos. Esse método não deve ser extinto do ambiente escolar, mas sim, deve ser pensado e refletido para uma melhor forma de sua utilização. Pois, ele traz grande contribuição ao ensino escolar e mesmo ao familiar. De forma consciente de suas causas e consequências, o método pode ser utilizado para beneficiar o processo de desenvolvimento da criança.

Diante destas considerações, percebemos a importância dessa teoria pela grande presença na educação, sendo traduzida em métodos. Ainda assim, este estudo por não nos possibilitar perceber o comportamento espontâneo, pois, está condicionando as ações diante de um objetivo pré-definido na educação, suprime os aprendizados extra-escolares, por nós considerados de grande relevância no nosso objeto de estudo, produzidos nas influências familiares ao comportamento da criança.

O Paradigma elaborado por Piaget, que pesquisa o desenvolvimento cognitivo da criança, estabelece que o processo de aprendizagem é construído pela criança - de dentro para fora. A criança através dos estímulos elabora e constrói seus conhecimentos. A psicologia genética concebe o processo de aprendizagem diferentemente do comportamentalismo que tenta através de estímulos, condicionar e inserir conhecimentos no indivíduo.

O conhecimento construído pela criança na educação deverá contribuir para desenvolver as competências cognitivas do indivíduo, elaborados por períodos de tempo, segundo as concepções entendidas nessa teoria. O aluno é agente da própria educação, devendo, para isso, perceber esse processo, dessa forma Cunha (2008) fala que, “A trajetória do desenvolvimento elaborada por Piaget traduz o percurso que capacita o indivíduo a

compreender melhor a realidade que o cerca para poder participar de sua transformação” (p.76). Dessa forma, o aluno também é agente de transformação da sociedade.

Entendemos, assim que é a partir do indivíduo que se dá o processo de educação e não como os comportamentalistas entende, que o processo se dá a partir do ambiente que o indivíduo interage. Na visão de Piaget é a partir da personalidade estrutural inata do ser que acontecer o desenvolvimento humano. Como podemos perceber em Cunha(2008):

O ponto mais alto do desenvolvimento da sociabilidade é também o da personalidade – atributo usualmente visto como exclusivamente individual. A personalidade encontra-se verdadeiramente estruturada quando se dá a plena integração do indivíduo à coletividade (CUNHA, 2008, p. 77).

Portanto, constatamos que o indivíduo concebe o comportamento segundo a sua personalidade, já que a educação que lhe será possibilitada, será mensurada e assim utilizada. O Comportamento poderá ser adequado a sociedade, ou não, dependendo do indivíduo que o introduzirá nos momentos necessário, e as formas de se portar em cada ocasião, nos grupos sociais que faz parte ou que pretende participar. Estabelecendo dessa forma comportamentos relativos aos seus interesses, que podemos perceber neste trecho, do texto de Cunha(2008):

Piaget mostrou que o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento da sociabilidade constituem um mesmo processo, cujo ápice é a adaptação ativa do indivíduo ao mundo, o que ocorre no estabelecimento de relações com a realidade material e social. A interação do sujeito com o objeto e com outros sujeitos é a única fonte do verdadeiro conhecimento e do pleno desenvolvimento psicológico, o que quer dizer partilhar competências cognitivas, em condições de igualdade com o grupo social, para compreender objetivamente a realidade. (CUNHA, 2008, p. 77).

A concepção piagetiana utilizada na educação escolar, pode ser utilizada como ferramenta de trabalho, porém deve-se considerar a seguinte questão que é colocada: como organizar o ambiente escolar para favorecer o máximo desenvolvimento intelectual e social de todos?

Essa questão é característica da decisão proposta mais acima, na discussão da psicanálise, onde cabe ao professor, ou mesmo ao educador, a decisão entre liberdade - Sem programa de ensino, atuando com base na espontaneidade, plena e absoluta do espírito infantil; e controle -, por meio de conteúdos escolares que traduzem a experiência humana acumulada, sem no entanto imprimir verdades prontas e acabadas na mente do estudante, à moda do ensino tradicional; ou ainda encontrar o equilíbrio ideal entre ambos.

A psicogênese entendida na teoria de Piaget, infere uma educação voltada para a criança no sentido do seu individualismo cognitivo, que embora estabeleça relações interpessoais estão ao critério de interesse da própria criança, assim as influências a seu comportamento, inferidas por nosso objeto de estudo, acontece somente se for de interesse da criança, constituídos a partir do seu nível maturacional.

O Processo de formação do indivíduo, enquanto ser histórico – segundo a teoria educacional crítica, por Duarte (1993), parte da “visão de que a sociedade atual se estrutura

sobre relações de dominação entre grupos e classes sociais, preconizam a necessidade de superação dessa sociedade”. (p. 8)

Duarte (1993) propõe em seu texto, uma reflexão acerca da formação do indivíduo, para a superação do sistema alienante (capitalista), a partir da especificidade que ele caracteriza como unicamente humana, a de objetivação, racionalização e criação do pensamento crítico para quando, na apropriação (aprendizagem proveniente das relações da sociedade), principalmente veiculada pela educação alienante proposta pela sociedade capitalista, de consumo, o ser humano sobrepõe sua individualidade (criticidade), identificando no sistema as ideologias alienantes e tentar se abster constituindo-se um indivíduo não-alienado.

Entendemos em Duarte (1993), a educação no processo de objetivação e apropriação, como condição a formação humana (desenvolvimento humano), e ausência destas reduz a alienação própria do ser (que apenas se adapta), alienação-adaptação que é imposta pela sociedade dominante para manter o sistema capitalista.

A individualidade para-si (formação da consciência crítica), é uma possibilidade para a formação da individualidade humana, que na sua máxima realização promove a formação da individualidade verdadeira livre e universal (sem alienação), que é condição para a superação da sociedade capitalista.

Percebemos que a educação do comportamento se dá a partir, da adaptação às ideologias por meio das relações sociais dominantes, podendo estes comportamentos serem transformados, por processos evolutivos de objetivações das apropriações, até se constitui a individualidade para-si ou seja a formação da consciência crítica.

Assim pensa-se no papel da escola, como a mediadora do processo objetivação-apropriação (ou vice-versa), para promover a transformação da individualidade em-si (adaptação às ideologias capitalistas) para a individualidade para-si (consciência, criticidade, reflexão acerca do processo de formação humana e social), numa relação consciente com as objetivações genéricas para-si (conhecimento crítico), como uma possibilidade da formação da individualidade, que por sua vez promoveria a transformação das condições sociais em especial da sociedade capitalista.

Ainda neste paradigma, surge a discussão (em SUCHODOLSKI apud DUARTE, 1993) a respeito das correntes pedagógicas, em que são colocadas a Pedagogia da existência (educar para a realização dos objetivos iminentemente surgidos na vida de cada pessoa) – Alienante, por considerar “natural” a existência das relações sociais de dominação; e a Pedagogia da essência (educar guiado por um ideal abstrato de ser humano, a-histórico) – Alienante do ponto de vista que não se supera a individualidade em-si. E seria segundo Duarte (1993), a concepção da individualidade humana, que poderia contribuir para a superação dessa dualidade pedagógica.

Discussão está que, não está apenas no campo de teorias, mas que surge na prática diária dos professores, ao se assumirem como responsáveis pela educação do comportamento, para promover o desenvolvimento humano.

Concluimos assim, sob a perspectiva histórico-social, de uma educação que busca superar o modelo de sociedade capitalista, alienante. Que essas perspectivas estudadas, permite

entender sob que forma podem ser concebidos os comportamentos, e direcionar a educação, ou mesmo redirecioná-la para uma perspectiva mais coerente, com o desenvolvimento ideal humano.

Situando-nos nesse estudo, colocamos a teoria Histórico-cultural como ponto de referência a nossa pesquisa, pois como perspectiva educacional ela se aproxima com mais propriedade do nosso objeto de estudo, quando optamos por pensar as relações educacionais, provenientes das relações sociais, onde se transmite a cultura das gerações antecessoras para as mais novas.

3. CAMINHOS METODOLOGICOS.

Na nossa pesquisa, buscamos entendimento em Severino (2007), acerca do “estudo de caso”, que deve ser representativo e significativo da realidade que pretendemos estudar de forma que possamos compreender nosso objeto de estudo. E ainda Goldenberg (2004), instrui sobre o estudo de caso que, “considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma instituição ou uma comunidade.” (p.33). Dessa forma entendemos, dentro da nossa situação de pesquisa um vasto campo, que permite um esgotamento dos meios de investigação sobre o objeto, para que, possamos comprovar nossa hipótese.

Com efeito, a investigação tem características de estudo de caso, pelo fato, de seus resultados serem específicos da realidade estudada, em uma unidade escolar. Dessa forma pretendemos realizar um estudo, que verbalize a situação do objeto, buscando descrever a relevância do seu contexto.

Considerando a família como o primeiro contexto de socialização do ser humano, destacamos a relevância dela como suporte no desenvolvimento social das crianças em outros contextos. A pesquisa destaca a importância da família, na interação com as pessoas que participam do contexto escolar, a qual consideramos o segundo contexto formal de interação social da criança.

É nesse viés que se delineia o nosso foco de estudo, que se configura na perspectiva do comportamento da criança na instituição de educação infantil, influenciada pela educação familiar percebida durante as relações sociais vivenciadas no ambiente escolar. Partindo dessa perspectiva, vislumbramos a possibilidade de realizar um estudo de caso na sala da pré-escola, na instituição escolar municipal, situada no bairro das Malvinas, em Campina Grande – PB.

Dada à peculiaridade da região em que se situa a escola, as respectivas famílias que buscam atendimento educacional para os seus filhos, e ainda o caminho histórico de relevância ao comprometimento comunitário em elevado progresso político, é nessa realidade que iremos investigar as influências no comportamento da criança na educação infantil, provocadas pela família em interação com a escola.

Buscamos definir nesses contextos seus papéis sociais e ainda identificar as formas de interações abordadas, em diferentes pesquisas e estudos na área. A partir dessa perspectiva, fomos a campo colher informações e em seguida, transformá-las em dados de pesquisa segundo, Betoni-Ricardo (2008) que fala sobre os registros apenas se transformarem em dados quando forem estabelecidos elos entre seus registros e asserções, para assim chegar a conclusão da pesquisa.

3.1. Caminhando Pela Escola MAOA

O nosso estudo se deu na Escola Municipal Adv. Otavio Amorim, que está localizada na Rua: Frei Geraldo; S/N. Bairro das Malvinas. A escola foi construída juntamente com o

conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, pelo Governo do estado, sendo posteriormente o seu prédio cedido à prefeitura Municipal de Campina Grande, vista nas figuras abaixo.



Imagem 1: Escola MAOA – Rua Frei Geraldo – Malvinas.



Imagem 2: Fachada da Escola MAOA, portão de acesso.



Imagem 3: Parte de dentro, entrada da Escola MAOA. Fonte: Google.

Em 1983 no governo de Wilson Braga, quando estavam paralisadas as obras de Construção do conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz (Malvinas), mais precisamente no dia 23 de março, fora invadido por pessoas que ocuparam todas as unidades do referido conjunto inclusive creches e escolas.

Com a ocupação o policiamento da cidade foi acionado e a ordem era que os ocupantes que deixassem o conjunto fossem proibidos de retornar, pois se isso acontece seriam presas. Nasce assim o bairro das Malvinas, que recebeu esse nome por causa da guerra que ocorrera no mesmo período entre a Argentina e a Inglaterra pela posse das terras das Ilhas Malvinas.

Entretanto os moradores das “Malvinas”, passaram por várias dificuldades, devido à falta de infraestrutura do bairro, sem água, luz elétrica e rede de esgoto.

No decorrer dos fatos, um corpo docente presente no local solicitaram auxílio de autoridades políticas em período eleitoral, que autorizaram o funcionamento da escola MAOA, passando-se a realizar matrículas de crianças colocando assim a escola em funcionamento mesmo de forma precária, sem água, luz e nenhum material didático disponível.

Após a eleição que ocorrera neste mesmo ano, o candidato eleito disponibilizou todo recurso necessário para o funcionamento e manutenção da escola, também sendo nomeada a primeira diretora a Sra. Carmem Vasconcelos, que administrou a escola por sete anos. Já na segunda gestão, a escola recebeu autorização para oferecer a Educação infantil, com o decorrer do tempo outras escolas foram sendo inauguradas e consequentemente o número de alunos ficou compatível com as condições do prédio. A escola passou a funcionar com 29 salas de aula, funcionando durante os três turnos, passando-se a chamar Grupo escolar Adv. Otavio Amorim. Em homenagem a ilustre personalidade do meio político e de renome na área de Direito.

Até hoje a escola passou por sete gestões, incluindo a atual, atendendo cerca de 600 crianças e adolescentes nos níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino fundamental (Turnos: Matutino, vespertino e noturno), utilizando o sistema de Ciclos adotado pela prefeitura Municipal de Campina Grande, desde 2001, que propõe a rede de ensino uma metodologia de projetos. Para tal, as escolas municipais são orientadas a trabalhar a partir de temáticas: Família, Meio ambiente, Cultura e Cidadania, utilizando uma abordagem Sócio-interacionista que ressalta a importância das relações e entende o desenvolvimento cognitivo como um processo de internalização produzido pela interação social dos sujeitos como os materiais fornecidos pela cultura.

A proposta de ensino, ainda enfatiza o papel da escola como parte integrante da sociedade, especialmente no que diz respeito ao estímulo e aos questionamentos da realidade, proporcionando uma educação crítica, e assumindo o seu papel de mediadora do conhecimento.

A manutenção à instituição se dá através de programas do governo federal: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Governo Estadual: Fundo de Assistência Educacional (FAED) e Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses recursos são aplicados na merenda escolar, manutenção, reformas do prédio, compra de equipamentos, material didático, esportivo e projetos.

O perfil social da comunidade escolar, identificado é composto de uma maioria de trabalhadores que exercem atividades informais e autônomas. O percentual de pais que tem uma renda fixa, com os seus direitos trabalhistas respeitados é bastante insignificante. Na realidade escolar também se encontra muitos alunos de famílias com estruturada diversificada, onde muitas das crianças são criados com os avós. Esses dados foram constatados nos documentos

disponibilizados pela direção escolar, e está exemplificado no modelo abaixo – referente a ficha de matrícula.

FICHA REGISTRO DE MATRICULA ESCOLAR*
Criança: 1
Data de nascimento: 05 / 08 / 2009
Sexo: F (x), M (); Cor: Parda ; Naturalidade: Campina Grande -PB
Pai: Não Informado
Ano de nascimento: XXXX
Profissão: Mecânico
Grau de instrução: Médio Incomp.
Mãe: 1
Ano de nascimento: XXXXX
Profissão: Do Lar
Grau de instrução: Fundamental Comp.
Irmãos: (ano de nascimento)
Cep: (Endereço)
Renda Familiar declarada:
Obs.: responsável que realizou a matrícula - Avó Materna.

Fonte de dados: Pasta de ficha de matrícula, documentos escolares.

A realidade socioeconômica da escola é bastante diversa, são poucos os pais dos alunos que têm condições econômicas controlada suficientemente para manter a sua vida financeira equilibrada. Em relação ao perfil sociocultural, no que diz respeito as atividades acadêmicas das famílias, a grande maioria não concluiu a primeira etapa da educação básica.

3.2. A Educação Infantil na EMAOA.

Identificamos a educação infantil da escola MAOA, segundo seu regimento Escolar interno, que orienta normativamente:

ARTIGO 3º - A Escola Municipal Adv. Otávio Amorim é um estabelecimento dedicado à Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Regular – sem fins lucrativo, voltado de modo sistemático ao serviço da educação, inspirado numa orientação de valores à cor, raça, religião, condição social ou econômica e pluralidade cultural.

Com relação aos níveis e modalidades de educação escolar, vemos no Artigo 22º - o estabelecimento manterá, nos turnos matutino e vespertino, a Educação infantil em nível de pré-escola, para crianças de quatro a cinco anos;

No capítulo III, que dispõe sobre os fins e objetivos dos cursos. Apresenta no Artigo 24º - A educação Infantil, sendo a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral do educando, até os cinco anos e onze meses de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social.

No artigo 33º, sobre a constituição de turmas, estabelece o máximo recomendado de alunos por turma, I. 25 alunos por professor para as turmas de educação infantil.

A respeito da Matrícula, tratada no capítulo XIII, artigo 51º, estabelece no §1º - Para o ingresso na educação Infantil, o aluno deverá ter a idade mínima de quatro anos completos (pré-escolar I).²

3.3. O Caminho Percorrido.

O estudo em questão, se desenvolveu através da abordagem qualitativa, que segundo Bertoni-Ricardo (2008), “A pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto” (p. 34) e ainda, por se realizar no ambiente escolar, segundo a autora, as salas de aula provaram ser espaços privilegiados para a condução de pesquisa qualitativa, principalmente as que se constrói com base no interpretativismo.

Este tipo de abordagem, ainda, é justificada pelos seguintes fatores: Por ter o ambiente da Escola MAOA como fonte direta para a coleta de dados (notas de campo- NC), onde o instrumento chave é o pesquisador; Pelo caráter descritivo obtido por meio de entrevistas (comentários de entrevistas - CE); Pela preocupação em conhecer como as crianças se comportam no ambiente escolar e como as famílias/responsáveis se relacionam com a instituição e participam na vida escolar das crianças; Pela construção dos fatos ocorrer, a partir dos dados coletados; e pelo fato, da compreensão do fenômeno se dá a partir do ponto de vista também dos participantes.

Quanto aos objetivos, utiliza-se a pesquisa explicativa, pela preocupação que a mesma tem de identificar fatores determinantes ou contributivos ao desencadeamento dos fenômenos. Portanto, a realidade de tempo-espaco é fundamental na identificação de causa e efeito do evento social, tendo como procedimentos básicos: registrar, classificar, identificar e aprofundar a análise.

A pesquisa, em questão, desenvolveu-se na Escola MAOA, especificamente na sala da Pré-escola, por meio de observação e realização de entrevista semi estruturada, com a professora da referida sala de aula, gestora, e supervisora escolar, buscando perceber a visão institucional, que se constitui no contexto escolar através dos atores presentes, e por meio de pesquisa documental da instituição (documento local - DL).

Os sujeitos da pesquisa foram identificados por numeração, onde cada um corresponde a um número sequencial. Número de Participantes por categoria - Identificação, 26 alunos: de 1 à 26; 26 famílias: de 1 à 26; Professora da Educação Infantil; Supervisora escolar e Gestor Escolar.

Para a coleta de dados, realizou-se através da técnica de observação, na sala da pré-escola, no período de 10 dias, durante 4hs:30min, horário letivo diário. Nos momentos de interação com as crianças e com os funcionários da escola na chegada e saída da escola,

² Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola MAOA.

observamos as famílias para perceber, neste momento a interação direta com a escola; e na interação em sala de aula entre colegas e com professora, auxiliar e visitantes à sala, observamos as crianças para perceber o comportamento infantil no contexto escolar, afim de, identificar característica próprias do contexto familiar, dessa forma aconteceu a participação das crianças na pesquisa. As imagens abaixo identificam momentos da rotina em sala.



Imagens 4 e 5: Momento inicial, que as crianças brincam com brinquedos nas mesas.



Imagem 6: Na sala de aula, no momento da roda de conversa.



Imagem 7: Momento do recreio, visto da porta da sala.



Imagem 8: No momento de entrada, após o recreio.



Imagem 9: Momento de atividade, após o recreio.

Quanto às entrevistas estruturada – **Em anexo I**, realizadas com a professora, supervisor e diretora, realizaram-se após prévia apresentação dos objetivos da pesquisa, e da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecimento – **Em anexo II**, com gravação em áudio e vídeo, quando permitido pelo entrevistado, como forma de garantir a legitimidade da pesquisa. Também se fez uso da Pesquisa Documental como forma de obter maior conhecimento da questão, assim como, o embasamento teórico que possibilitou confirmar a hipótese inicialmente proposta.

O período da pesquisa convergiu com o período em que a escola trabalhou o eixo temático: Família, orientada pela Secretaria de Educação e Cultura – **em anexo IV**. Que nos possibilitou mais dados relevantes a nossa pesquisa, verificando-se em atividades a abordagem escolar sobre a família com as crianças, também perceber a reação das crianças diante do tema e de como lidam com algumas questões familiares.

4. ANÁLISE DE DADOS

Iniciaremos a análise, descrevendo o perfil das famílias que são atendidas pela escola EMAOA. A partir de dados obtidos na instituição e nas fichas de matrículas dos alunos, bem como em entrevistas com funcionários. Juntamos os documentos oficiais, que contém os dados das crianças acompanhados de cópias de documentos de comprovação e posteriormente fizemos a coletas de dados de informações pertinentes ao estudo projetado. Verificamos informações sobre as famílias e organizamos em tabela – Ficha registro de Matrícula escola.

FICHA REGISTRO DE MATRÍCULA ESCOLAR*
Criança: 1
Data de nascimento: 05 / 08 / 2009
Sexo: F (x), M (); Cor: Parda ; Naturalidade: Campina Grande -PB
Pai: Não Informado
Ano de nascimento: XXXX
Profissão: Mecânico
Grau de instrução: Médio Incomp.
Mãe: 1
Ano de nascimento: XXXXX
Profissão: Do Lar
Grau de instrução: Fundamental Comp.
Irmãos: (ano de nascimento)
Cep: (Endereço)
Renda Familiar declarada:
Obs.: registro realizado pela Avó Materna.

Estes documentos, nos permitem distinguir o real do oficial, já que não dispõe de informações, sobre o relacionamento familiar de seus membros, e que muitas informações fornecidas em primeiro momento (período de matrícula), podem ter se alterado até o momento que os dados chegam a nossas mãos, devido a não atualização de dados durante o ano. Assim percebemos que **a escola**, como instituição, possui muitas vezes informações oficiais equivocadas sobre as crianças e suas respectivas famílias – por esse fato ser percebido, torna importante, entender a escola em seus atores (professores, diretores e profissionais escolares), que em interação com as crianças e suas famílias podem obtêm as reais informações, estas necessárias ao papel pedagógico escolar. A ficha de Matrícula também possibilitou verificar, que muitas famílias atendidas pelas escolas moram a uma distância significativa da escola – Conforme Mapa **em Anexo VI** – e identificamos a escola como referência, para muitas famílias, considerando que há escolas mais próximas das localidades de suas residências, mas também identificamos a distância como fator dificultado, para presença constante das famílias na escola, logo que, o acompanhamento da criança é muitas vezes realizado por terceiros.

Dessa forma, também percebemos o perfil das famílias segundo informações desses atores escolares, em entrevistas destacaram:

Diretora: “..., mas também tem muita família direitinha, com pai, mãe e filhos morando na casa deles, mas são poucos, a maioria é tudo meio misturado...”

Supervisora: “As crianças são expostas a muitas situações em sua casa, muitas vezes vivem com tios, tias, avós, pois as pessoas se juntam depois que já tiveram o filho e não tem estrutura, não tem pra onde ir, e ficam em casa com os pais...”

Professora: “Tem família, de todo tipo. Porque hoje em dia, o povo se casa, mas amanhã, separa e depois já tá com outro...”

Entendemos que o perfil familiar apresentado, pelos atores da pesquisa é bem diversificado, pois como vimos em entrevista, a escola atende a famílias separadas, recompostas, ampliadas, de mães solteiras e até a nuclear.

As famílias também foram apresentadas pelas crianças de forma lúdica, em desenhos – **Em Anexo III, Quadro de figuras** – após serem abordadas pela professora sobre o assunto na rodinha de conversa, momento em que as crianças conversam em grupo, principalmente sobre o assunto da aula, Família, eixo Temático sugerido pela secretaria de educação (PMCG), dentro do tema: Escola, Família e Comunidade: Uma parceira necessária – 2015. **Em anexo - IV**

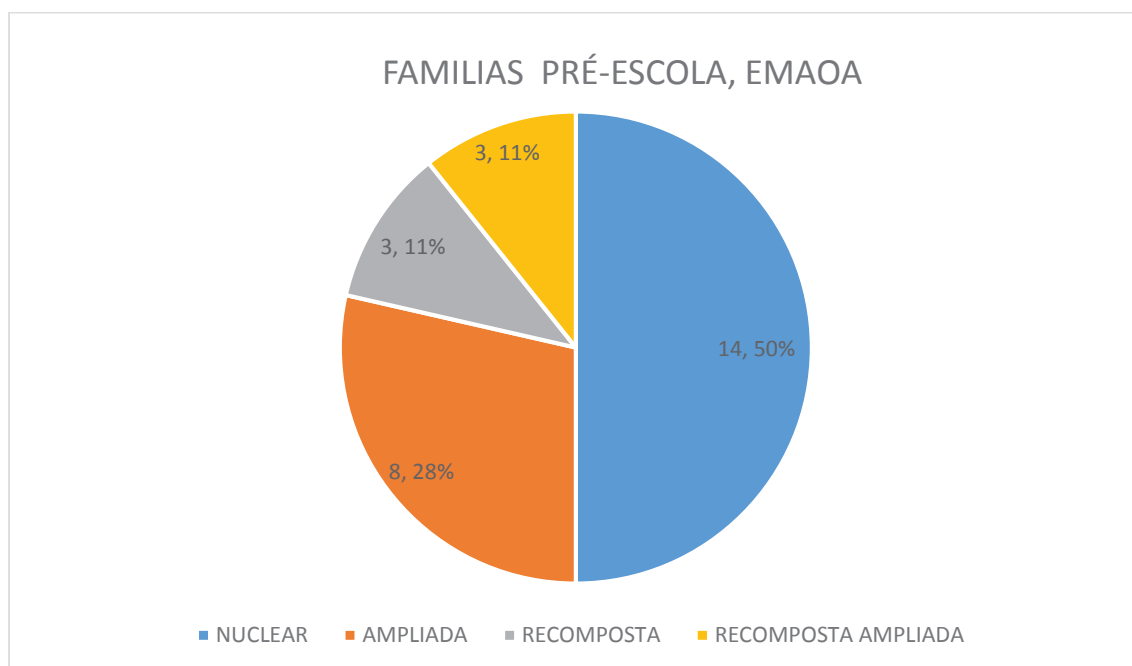
Nesse momento de interação das crianças, também podemos perceber a estrutura familiar através de suas falas, em interação com a professora, a partir desses dados estruturamos um perfil familiar da Pré-escola na Escola MAOA, exposto na **Tabela**:

PERFIL FAMILIAR DA PRÉ-ESCOLA - ESCOLA MAOA							
FAMÍLIA	Nº DE PESSOAS	MÃE	PAI	AVÓS	TIOS	IRMÃOS	CLASSIFICAÇÃO
1	5	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
2	5	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Recomposta ampliada
3	5	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
4	5	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
5	7	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Nuclear
6	7	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
7	4	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
8	9	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Recomposta ampliada
9	4	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
10	5	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
11	5	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
12	6	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Recomposta ampliada
13	6	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Ampliada
14	9	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
15	4	Sim	Não	Não	Não	Sim	Recomposta
16	5	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
17	5	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Ampliada
18	2	Sim	Não	Não	Não	Não	Recomposta
19	10	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ampliada
20	6	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear

PERFIL FAMILIAR DA PRÉ-ESCOLA - ESCOLA MAOA							
FAMILIA	Nº DE PESSOAS	MÃE	PAI	AVÓS	TIOS	IRMÃOS	CLASSIFICAÇÃO
21	6	Sim	Não	Não	Não	Sim	Recomposta
22	5	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Amplificada
23	4	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
24	5	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
25	5	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Amplificada
26	4	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Nuclear
27*	5	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Amplificada
28*	5	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Amplificada

* 27, foi transferida na semana de observação; e 28 está matriculado no 1º ano, mas espera laudo da psicóloga, para atestar Autismo, por isso permanece na pré-escola.

Assim, podemos concretizar um conjunto de tipos de familiar em que classificamos, segundo Gimeno (2001), em: nuclear (pai, mãe, filhos); amplificada (pai, mãe, filhos, avós e tios); recomposta (nas ausências do pai ou da mãe biológicos) e recomposta amplificada (quando da separação dos pais e retorno a casa paterna), exposto em **gráfico**:



Assim, podemos verificar o perfil familiar da Pré-escola na Escola MAOA, que nos fornece dados para uma análise mais sistemática da relação com a escola na influência ao comportamento da criança, pois as estruturas familiares pressupõe ideologias constitutivas de vida que passam à seus filhos, como vemos na perspectiva sócio interacionista, Vygotsky (1991) A educação das crianças sofre muitas influências sociais, pois o "aprender" é entendido como resultado das relações que mantemos durante o desenvolvimento, compreendendo que os modos de agir, pensar e explicar, representar o mundo e a si mesmo se constrói nas relações sociais.

A escola, campo de pesquisa, oferece a educação infantil dentro dos parâmetros estruturais para o Ensino Fundamental, visto que é na escola predominante esse nível de ensino. Sua estrutura e espaço apresenta-se fora das normas estabelecidas para a educação Infantil, em exceção a sala de aula, espaço de maior tempo de atividades que são oferecidas às crianças e a professora que possui formação dentro dos parâmetros normativos dos profissionais que devem trabalhar na educação Infantil, com formação em nível superior em Pedagogia. Possuindo prática de ensino com mais 10 anos.

Outro fator relevante, quanto ao oferecimento da educação Infantil, pela EMAOA, trata da acessibilidade, sua estrutura que se apresenta fora dos padrões estabelecidos para crianças pequenas, desde a entrada da escola, até a entrada da sala de aula, em que foi percebido e registrado durante o período de observação, pois, é imprescindível observar a legislação local e verificar as condições de acessibilidade das instalações para as pessoas com deficiência. Estabelecidos nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil e Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação - MEC.

Assim percebemos, em vistas do que é oferecido pela instituição escolar EMAOA de forma oficial, deixa muito a desejar ao que é previsto em lei para que a educação infantil contemple de forma integral o desenvolvimento humano da criança, em especial da Educação Infantil, proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelo RECNEI (BRASIL, 1998).

A escola não existe sem os seus atores, como debatemos anteriormente, ela se constitui nas pessoas e nas ações que são realizadas na sua estrutura física, dessa forma é que contemplamos os profissionais escolares como concretizadores da escola real que soma à escola oficial, que se estrutura por meio dos documentos oficiais e objetos materiais.

A escola real, observada pelos olhos dos presente no cotidiano escolar, através de seus atores, nessa pesquisa apresentados nas pessoas da direção, da supervisão e da docência da Educação Infantil, que colocaram-se em suas perspectivas educacionais para a partir delas oferecer a educação as crianças pequenas na escola MAOA, que embora seja constituída de normas que a norteia no papel pedagógico, o que prevalece ainda que indiretamente, são as perspectivas dos atores escolares, suas ideias sobre a educação, sobre o papel da escola, sobre a família e sobre a relação que deve acontecer entre a família e a escola.

Para contemplar essa perspectiva da pesquisa do papel escolar na relação Família-escola, como recomendação dada por Dessen e Polônia (2007):

As escolas devem procurar inserir no seu projeto pedagógico um espaço para valorizar, reconhecer e trabalhar as práticas educativas familiares e utilizá-las como recurso importante nos processos de aprendizagem dos alunos. Mas, a colaboração entre esses contextos deve levar em consideração as diferenças culturais, a formação para cidadania e a valorização de ações e de decisões coletivas. (DESEN; POLÔNIA, 2007, p. 28).

Nas entrevistas, obtivemos dados com a direção, a supervisão e a professora da educação infantil, nos quais foi possível perceber sobre as oportunidades de participação dos pais na vida escolar do filho, que são proporcionadas pela escola:

Direção, “ _ aqui é mais em relação a participação em reuniões, nos eventos nas datas comemorativas, a professora da Pré escola geralmente, eu digo que ela é uma mãezona, que inventa um lanche coletivo. Ela sempre está envolvendo as mães de alguma forma lá na sala de aula, tanto é que as crianças chegam no 1º ano tudo cheios de gosto, pois foram acostumados a ter mais liberdade, de entrar no espaço escolar de estar na sala de aula, de acompanhar mais de perto os filhos na sala de aula”

Supervisão, “ _ A gente faz reunião, convida pra reunião. Quando é necessário a gente convida o pai pra vir a escola conversar com a professora, a coordenação e a direção escolar, a gente promove evento na escola convida os pais para participar, por que a gente também não pode chamar os pais só pra reclamar, se a escola fizer isso ela está errada, ela tem que chamar pra conversar, pra pedir ajuda e também pra eles participarem, eles tem que participar de tudo de bom que a escola tem, a gente convida eles pra tudo que tem na escola”

Professora, “ _ Mulher é pouca, era pra ter mais, mas tu sabe que o sistema não permite né, agora com esse tanto de horas que a gente tem que pagar, nem reunião com os pais durante o dia a gente pode fazer, tem que ser a noite, como é que com as crianças do Pré a gente pode fazer um trabalho com o pai na sala de aula a noite?, porque era pra ser assim, pegar principalmente nos primeiros dias, uma vez por mês, a gente fazer uma atividade, como a gente já fez, fazia uma atividade e chamava os pais para participar com o filho na escola né, isso seria bom se acontece mas não acontece, a gente não pode nesses dias estão tirando até o recreio dos meninos pra não perder 15 min. Quer dizer não pensa na qualidade, pensa apenas na quantidade, o sistema né”

Segundo as repostas desses atores escolares podemos perceber que a escola se preocupa com a participação dos pais, e ainda que o sistema educacional não facilita o trabalho nas escolas com cobranças de horários. Há uma pequena, mas significativa ação em prol da participação dos pais nas atividades da escola MAOA.

Ainda assim, buscamos mais informações sobre essa percepção da escola sobre a família, quando inferimos – sobre qual deve ser o papel da família na educação das crianças, e entendemos na fala:

Da direção: “ _ pra mim seria o de educar ..., mas esse papel de educar, de orientar, de como chegar, de como sair, de como se comportar diante de situações, seria o papel da família. ”

Da Supervisão: “ _ “o que deveria fazer, é como eu já lhe disse, acompanhar as atividades...em casa. Eles teriam que ensinar os valores, o principal dos valores que eles deveriam ensinar, o respeito, porque hoje as crianças não têm respeito, eles não respeitam professor, eles não respeitam ninguém, a maioria das crianças, claro eu disse as crianças eu generalizei, porque a gente sabe que tem crianças educadas que tem família ativa na vida deles, mas tem criança que não tem. Os valores é o que melhor os pais, a família poderia fazer, ensinar as crianças, e o principal deles deveria ser o respeito”

Da Professora: “Tudo, tudo né, o primeiro aprendizado você aprende em casa, você vê as crianças que os pais ajudam em casa na escola eles não tem dificuldade, os pais que vivem de briga confusão, que não ensina os filhos em casa, na escola é um desastre. Você viu como foi esses dias a trabalhadeira que é pra fazer uma atividade, porque? Porque não tem quem ajude a fazer em casa. ”

Os atores escolares demonstram em entrevista que, embora as respostas se diferenciem elas se complementam como um todo, para constituir um papel completo da família em relação à educação das crianças da pré-escola. Papel que também é compreendido por Dessen e Polônia (2007) “Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (p.22).

E ainda, a família é promotora de exemplos afetivos, de como se relacionar com o outro, distinguindo tipos de relações. Introduzir práticas comunicativas, como a linguagem, olhar, gestos e expressões, enfim tudo que é primitivo ao desenvolvimento do ser humano, ao entrar em uma sociedade, no convívio com demais pessoas. Como é enfatizado por Dessen e Polônia (2007), “A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais” (p.22)

A partir dessa compreensão, vemos que as famílias possuem um papel de grande relevância em colaboração com a escola, bem colocado em Rego (2003), quando fala que a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão.

Quando ela não cumpre o seu papel, dificulta muito as atividades desenvolvidas, seja no aspecto do comportamento ressaltado pela fala da direção, seja na questão de valores, percebida pela supervisão escolar e mesmo pela questão de habilidades na realização de atividades descrita pela professora da pré-escola.

Ainda, nessa perspectiva de visão sobre família, constituída a partir dos atores escolares, percebemos que, o que se incorpora com muita força as concepções presentes na escola sobre Família, é a identidade familiar que cada pessoa que compõe a escola traz consigo e acaba por buscar essa família no trato com outras. Assim vislumbramos as concepções de família desses atores escolares entrevistados, entendendo as famílias, segundo a:

Direção, *“Família pra mim, são aquelas pessoas que vivem, convivem com você, a imagem de família, aquela família tradicional do modelo patriarcal já caiu faz tempo, a gente vê aí, a gente convive com diversas formas de modelo familiar, é mãe com mãe, pai com pai, os filhos criados com avós, com dois pais, com duas mães e por aí vai, de tudo o que você imaginar a gente encontra... são bem ecléticas, essa é a visão que a gente tem de família hoje, infelizmente né.”*

Supervisão, *“Família pra mim é um grupo de pessoas que se amam, se respeitam que se ajuda, certo, eu entendo que família é tudo na vida de uma pessoa, a família é a base de tudo, então a família não é só o pai e a mãe, a família é o pai a mãe, os primos, os avós. E hoje são esses valores que hoje não são ensinados, tem muita gente que não sabe o que é um tio, um primo, uma tia, não tem aquele amor, aquela afetividade, família é isso,”*

Professora, *“Família é tudo, é tudo na vida, a primeira coisa que Deus criou foi a família... Sem a família nós não somos nada, só que as famílias de hoje, tá assim muito diferente pelo menos da minha, porque hoje a gente vê o que, as famílias de hoje os pais não têm muita responsabilidade com os filhos né”*

A família é percebida pela escola de forma bem diversificada, embora esteja claro que não é mais esperado a família perfeita pela escola, como espaço social de convivência e respeito à dignidade das pessoas e de suas escolhas, ainda sim, espera-se que seja da família um modelo

favorável de educação e convivência social, que prime pela formação moral das crianças e apoio nas diversas situações.

Nos momentos em que foi possível observar, o cotidiano escolar, durante os dez dias de pesquisa, percebemos uma rotina que delineia também a escola MAOA, com um perfil diferenciado da maioria das instituições de Educação Infantil, pois oferece educação Infantil na Instituição em estrutura inadequada para esse nível de ensino – segundo DCN – juntamente com faixa etária predominantemente do nível Fundamental. Com rotina desregulada e várias exceções no cumprimento de horários e normas. Pois percebemos que as crianças e suas famílias entram no interior da escola, pontualmente as 13h (tarde – momento da pesquisa), embora o horário da saída seja irrelevante, tenha-se como norma as 17h, momento em que os pais das crianças da educação infantil entram novamente na escola para pegar as crianças. No momento da chegada, forma-se filas no pátio, apenas para que as crianças sejam direcionadas pelas professoras para a sala de aula, momento em que muitas mães acompanham, despedindo-se na sala de aula. Dentro da sala, dá-se início a rotina diária, estabelecida pela professora desde os primeiros dias de aula.

Outro aspecto importante, para ser destacado na pesquisa, é o fato da escola está passando por reforma na sua área externa, restringindo dessa forma o espaço de recreação, quando nesse momento, todas as crianças da Pré-escola até o 5º ano do Ensino Fundamental dividem os mesmos espaços na hora do recreio. Assim, a escola demonstra não ter um plano estruturado para o momento recreativo, expondo as crianças da educação infantil ao convívio com diferentes faixas etárias, que logicamente possuem atitudes e comportamentos diferenciados e inadequados às crianças da educação infantil, quando observamos o RECNEI (1998), entendemos que às crianças de educação infantil precisam ser proporcionados ambiente de recreação próprio à sua faixa etária, primando pela sua fase de desenvolvimento.

A sala de aula da educação infantil mostrou-se ser o único ambiente mais adequado as normas, que estabelecem um ambiente, que propicie aspectos e estrutura para o desenvolvimento adequado da criança, em acordo com os Parâmetros Básicos de infraestrutura para as instituições de Educação Infantil e Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação, estabelecidos pelo MEC.

Dessa forma percebemos, que a EMAOA, oferece um pequeno espaço com estrutura adequada ao desenvolvimento das crianças pequenas e poucos profissionais capacitados e voltados a educação Infantil, dentro desta proposta de educação percebemos a Educação Infantil na Escola real MAOA.

Ainda na perspectiva da escola real, percebemos a relação Família e Escola, através das respostas concedidas em entrevista semiestruturadas, quando respondem como se percebe a relação das famílias com a escola:

Direção, *“A relação família e escola, é razoável, não considero ruim e nem boa, a tendência com o passar do tempo foi a família se distanciando da escola e foi atribuída a escola a função de educar, que é da família. E a família coloca a criança na escola como se tivesse jogando sobre nós a responsabilidade de educar, que é da família a responsabilidade maior, da escola é transmitir conhecimentos. ”*

Supervisão, *“Precisa melhorar muito, a família é omissa, ela acha que a escola tem que fazer tudo, a escola tem que ensinar, a escola tem que educar, a escola tem que ser médico, que ser psicólogo, tudo a família atribui a escola, todos os deveres, todas as atribuições que a*

família tem eles jogam para a escola, eles acham que tem que entregar e receber o filho pronto.”

Professora, “Eu acho que ainda falta muito, que muitas vezes a gente manda chamar a família e a família não comparece à escola, a gente faz reunião não vem, certas famílias pensa que a criança, entrega a professora, pronto tá bom. A professora que tome conta de tudo, por que eles acham que somos, e as vezes somos, psicólogo, professora, mãe, tia, tudo, medico que as vezes dá até remédio a crianças...”

Podemos ver que a escola se sente responsabilizada pelas famílias, pela formação integral das crianças, com apoio apenas de alguns pais, mas não o suficiente, como vimos nos estudos de Teixeira (2013) sobre o tema, “A família, na maioria das vezes, reconhece suas dificuldades em cumprir o papel de socialização primária e remete grande parte desta responsabilidade para a escola.” (p.5), entretanto, segundo o depoimento em entrevista muitas famílias não aparentam reconhecer suas dificuldades, mas sim se omitir atribuindo a responsabilidade à escola.

Também observamos a relação que as famílias possuem com a escola, através da professora, diretora e supervisora e demais funcionários da escola, que descrevemos neste curto relato do cotidiano da escola MAOA:

_ As famílias chegam a escola com suas crianças, algumas antes do horário das 13 horas, outra após apressadamente, as que chega antes ficam esperando no portão da escola o horário para entrar com as crianças, em raros momentos se escuta uma saudação “Boa tarde”, para com o Vigilante, este mantém o portão fechado com o cadeado, onde algumas crianças maiores se escoram na expectativa de entrar por primeiro. Pedindo que algumas crianças se afastem, ele abre o portão algumas vezes na chegada dos professores, que cumprimenta os pais ali presentes com “Boa Tarde” e também o Vigilante, que responde e permite a entrada. Quando no momento da entrada, as mães vão entrando com suas crianças, algumas ao observar a professora a saúda “Oi Tia”, algumas mães levam as suas crianças pela mão até a sala, descaracterizando a fila em que algumas crianças acompanha a professora até a sala, ao chegar à porta as crianças vão entrando e sentando-se em lugares, as mães se despedem e questionam, se é até as 5 horas, geralmente a professora responde “é sim”, “até as cinco”, quando há uma dúvida, pede que a mãe pergunte ao vigilante, para que ele a informe. Não é exposto quadro de avisos, na maioria das vezes é o vigilante quem informa o horário, para os pais pegarem suas crianças ao final da aula, assim os pais se despedem e vão... No momento de saída, geralmente as 17 horas, o portão é aberto e os pais das crianças da pré-escola, se direciona até a porta da sala de aula onde ficam esperando que a professora libere as crianças, que só é feito após boa observação e reconhecimento dos pais ou responsáveis que vão levar as crianças, a despedida acontece, com breves comentários a respeito de algo ocorrido, algumas queixas sobre o comportamento ou apenas um “até amanhã!”.

Durante a observação, percebemos que a relação das famílias se dá diretamente e em mais intensidade com a professora, a qual mantém contato direto com relação a criança, seu comportamento, seu aprendizado e desenvolvimento. A direção e supervisão ficam mais a funções burocráticas, que se reduz ao mínimo e necessário contato com as famílias, ao vigilante fica o cargo de impor os limites e os comunicados cotidianos, na relação com demais funcionários, restringe-se à comentários banais.

Em entrevista procuramos identificar outro elemento do nosso objeto de pesquisa, pertinente para nossa análise, trata-se do comportamento das crianças da pré-escola em sala de aula, elemento que havia nos chamado atenção durante a prática docente, e que motivou parte da pesquisa, investigar o comportamento das crianças Pré-escolar, em relação ao perfil das relações familiares - escola, assim identificamos com entrevista a visão escolar sobre esse comportamento, também observado por nós durante período que acompanhamos a turma, que descrevemos a seguir:

Em entrevista:

Direção: *“Pra mim o comportamento da criança da pré-escola é normal, só as crianças especiais que possuem algum distúrbio de comportamento é perceptível, mas no geral é normal...isso é o que mais a gente vê nas crianças da pré-escola, a criança de 4 e 5 anos, ela reproduz na sala de aula cenas do cotidiano familiar, então é muito comum a gente perceber essa reprodução na sala de aula, quando a gente vai investigar é apenas uma reprodução do que ela vê ou vive em casa.”*

Supervisão: *“Na pré-escola a gente se depara com comportamentos fora do normal, mas menos do que nas séries seguintes, porque na pré-escola eles são pequenos e quando eles chegam na pré-escola, eles vão se adaptar a escola, na realidade tem aqueles comportamento que a gente vê que não são normais, daí quando a gente procura a família que vai ver a realidade da criança em casa a gente atribui muita causas dos comportamentos agressivos, comportamento de crianças que não quer ficar na escola, a gente atribui a família, por que a família hoje e principalmente a nossa clientela, a localização da nossa escola tem muita criança que vem da periferia, daí a gente tem muita criança que são filhos de pais drogados, usam drogas, pais separados, que a mãe tem outro companheiro, que mesmo pequeninos quando a mãe se separa já procura outra pessoa e o pai já procura outra e isso vai causando um descontrole emocional na criança... a agressividade é a principal atitude que mais prejudica a vida dele na escola, eles veem o pai bater na mãe, eles veem irmão com irmão brigando, quando eles chegam aqui eles querem fazer a mesma coisa.. . Quando eles chegam aqui a gente vê que eles não têm valores, como a solidariedade, o perdão, o amor, a união eu sei lá é tanta coisa que a gente fica procurando, pra ver se encontra sabe.”*

Professora: *“Assim, eu acho o comportamento das crianças da pré-escola normal, porque você vê eles são crianças que são um pouco teimosas, mas eu acho que é a criação de casa né, até porque uma criança de cinco anos, não entende ainda as normas da escola, quando chega em casa é uma, ela faz o que quer, quando chega na escola tem normas, aí a criança não que obedecer, mas isso eu acho como normal, porque com o tempo elas acompanha entendem até quando terminar o ano...a relação entre os coleguinhas da escola, como a gente já faz né, agente ensina que é pra respeitar o coleguinha”*

Com relação ao comportamento das crianças, que se configura em nosso objeto de pesquisa, como um dos elementos chave a resposta da nossa questão de pesquisa, os atores respondem fornecendo elementos para confrontar nossa primeira inferência acerca do comportamento das crianças, que causa grande dificuldade à prática docente devido ao não comprometimento com a educação escolar.

Nossa análise parte da identificação da prática docente em sala de aula, onde há propostas educativas intencionais, pois, na rotina das crianças é possível perceber uma dinâmica rica, que promove um aprendizado diversificado e permite variados comportamentos infantis.

No momento da chegada, quando é estabelecida a ordem na fila que se direciona a sala de aula, percebe-se uma proposta tradicional, que ao mesmo tempo permite um acompanhamento dos pais até a porta da escola e despedidas afetivas.

No momento inicial em que as crianças são permitidas a brincadeira com brinquedos diversos, ainda que permaneça sentados, com pouca produções de som; ainda durante a roda de conversa que se estabelece diálogos, interrompidos por palavras que ajudem as crianças a se conter e aguardar seu momento de falar e esperar com atenção que o colega se expresse sobre a temática abordada; e na realização das atividades que permitem a expressão e desenvolvimento de várias habilidades e o das competências que configuram o currículo da Educação Infantil.

Esperar que as crianças se comportem de igual modo nessas situações, é desprezar as singularidades humanas, como no entendimento de Cunha (2008), faz a teoria do comportamentalismo:

O paradigma comportamentalista, no caso, é o recurso mais simples para explicar e controlar a ação humana e, na situação particular da escola, o comportamento de professores e alunos. Seus críticos dizem que ele é simplista e deixa de lado a infinita riqueza da alma humana. (p.41)

Embora, tenhamos que reconhecer que o sistema educacional ainda se apoie nesse pensamento, ao apresentar atividades idênticas, a crianças com características e diferentes experiências de vida, é indispensável que a postura do professor faça a diferença nessa situação, reconhecendo as particularidades e avaliando o desenvolvimento com considerações sobre a particularidade de cada criança.

Em contraponto, permitir que as crianças ajam conforme sua natureza, sem observar normas e regras que orientam o funcionamento da sala de aula, ainda que promovesse um aprendizado mais efetivo, não condiz com o aprendizado educacional, que prima além do conhecimento elementar, pela ordem e convivência social harmônica, que é visto na concepção psicanalítica, em Cunha (2008), como repressora. Esse mesmo aprendizado educacional também é visto, no paradigma Piagetiano como condicionador, pois embora o conhecimento e a socialização andem juntos, eles acontecem de forma espontânea.

E por fim, a concepção sócio-histórica, paradigma defendido na teoria de Vygotsky, apresentada por Duarte (1993), que propõe uma educação, sem privações, primando pelo desenvolvimento integral da criança, com reais conhecimentos de suas necessidades e da importância da interação social para seu aprendizado e desenvolvimento.

Além de ser prevista na proposta pedagógica da escola, a concepção sócio-histórica, conhecimento e interação social se revelam na rotina da pré-escola mediada pela professora, que em relato de entrevista mostra conformidade ao reconhecer nos comportamentos apresentados pelas crianças no período observado, o momento de adaptação escolar, como momento de dificuldade tanto para as crianças que percebem um novo lugar, com diferentes normas e também, como um momento de dificuldade para a prática docente que acompanha o processo, com ações enérgicas promovendo uma interação adaptativa com as crianças e também com as famílias que, em parte não conseguem reconhecer o seu papel na educação das crianças em colaboração com a escola, ficando assim a escola com grande responsabilidade acima de seu papel social em educar as crianças.

No entanto, percebendo em estudo a importância do cumprimento do papel social familiar no auxílio a escola, em sua prática pedagógica na educação das crianças, que favorece ou mesmo favoreceria, caso as famílias tomasse suas responsabilidades em relação a educação da criança.

Nesse ponto é que se encontra nossa resposta de pesquisa, pois, dentro da importância do papel da família, colocado também pelos atores da escola EMAOA, em que se destaca, em resumo: educar, orientar como chegar, como sair, de como se comportar diante das situações; acompanhar as atividades em casa, ensinar valores (respeito); primeiro aprendizado, você aprende em casa, as crianças que os pais ajudam em casa não tem dificuldade.

Vimos que, ao educar uma criança com critérios para o convívio social, para um aprendizado escolar, favorecer que a escola cumpra seu papel, complementando a educação familiar para o desenvolvimento integral da criança. Mas, embora a criança apresente essa competência social e educacional, a escola como nova experiência, como novo ambiente constituído por novas pessoas causarão à criança estranhamento e seu comportamento, ainda será estranhado e necessitará de mediação, para que sua adaptação aconteça a nova situação educacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da temática abordada proporcionou, ampliar o conhecimento sobre a relação entre família e escola, percebendo a grande importância do papel de ambas, enfatizando o papel familiar na educação das crianças e no apoio ao trabalho desenvolvido na escola. O comportamento das crianças gera um entrave a prática pedagógica, considerado como resultado de sua convivência familiar. Percebemos que o caso da escola MAOA, se destaca pela sua característica social de desenvolvimento, mas que isso não torna as famílias distintas da realidade permeada pelo descaso com a educação.

Percebemos que, a acomodação das situações encontradas no cotidiano escolar torna-as normais, o que dificulta uma busca por melhora na prática educacional e que, embora a situação cause desconforto existe um desânimo na busca de soluções.

Vimos que, o comportamento da criança da educação infantil, na escola MAOA tido como normal, por seus atores, é considerado fruto do pouco comprometimento de seus familiares em apoiar uma educação que vise um melhor desenvolvimento e que proporciona uma adaptação adequada das crianças as diferentes situações e ambientes. Que os esforços escolares são insuficientes diante da responsabilidade que lhe é atribuída, com sobrecarga ao seu papel e ausência de apoio pela maioria das famílias.

Assim, a família se confirma em pesquisa como importante provedora de desenvolvimento infantil, sendo considerada na perspectiva dos atores escolares da EMAOA, como fundamental a educação da pessoa humana e imprescindível no período de desenvolvimento infantil educacional, para apoiar o trabalho pedagógico escolar.

Pela relação com a família, que vimos na EMAOA, em que há uma busca desanimada pelo apoio familiar, pela presença da família no desenvolvimento do seu papel junto as crianças. Mesmo com as diferentes estruturas familiares percebidos, quando os atores entendem que a ação conjunta com as famílias favoreceria muito o seu trabalho, o desenvolvimento das crianças e da sociedade como o todo. Eles apresentam uma desesperança em relação ao futuro do que eles consideram “tudo” na vida das pessoas – a Família, e que embora trabalhem da melhor forma que possam, entendem que seus esforços se tornam vãos sem o apoio das famílias, mas isso não permite que o trabalho cesse. E ainda que a responsabilidade dobre, as cobranças aumentem, a escola se esforça em cumprir sua função.

Quem sabe um dia, consigamos promover ações efetivas que alcancem as famílias no comprometimento com o melhor desenvolvimento de suas crianças, primando pela constituição de pessoas além de preconceito, conscientes dos valores morais de convivência em sociedade, da dignidade, dos seus direitos e deveres humano.

Famílias que pensem na educação da infantil como um apoio ao que ela deve promover a criança, pensando na criança como ser integral que necessita de carinho, confiança, segurança, respeito, amor.

O que tivemos a oportunidade de aprender em pesquisa, na EMAOA, foi muito mais que pesquisa científica, sistematizada. Podemos ter dimensão do quão carente a escola está de auxílio na educação, percebida muitas vezes como único lugar de educação, de apoio ao desenvolvimento saudável para a criança pequena, percebemos que a família não só se modificou em sua estrutura, ela se modificou em sua forma de pensar, de ver a educação da criança, de ver a criança. E isso, vem evoluindo de forma que, parece que voltamos aos primórdios da história da educação da criança, quando ela era vista como adulta e que seus direitos lhe eram negados, sendo condicionadas à educação que suas posses financeiras permitiam.

Temos que considerar e estar atentos que existem leis que protegem as crianças, mesmo de suas famílias, quando estas extrapolam o descuidar em relação ao desenvolvimento humano da criança. E, a isto, podemos recorrer diante da ausência familiar no cumprimento de seu papel social no desenvolvimento da criança.

Portanto, a presente pesquisa não apenas apresenta a perspectiva do comportamento da criança diante da relação família e escola, mas abre portas para perceber o insuficiente cuidado, que algumas famílias têm diante do desenvolvimento humano das crianças da educação infantil, percebido na escola um ambiente propício para essa investigação, dada sua função social que é prejudicada diante da insatisfatória postura familiar.

6. REFERÊNCIAS

AIRÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BERTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor Pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998. 3v.

_____. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2006.

_____. MEC – **Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil**. Coordenação Geral da Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247&Itemid=285>. Acesso em: 05/03/2015.

_____. **Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acesso em: 10/03/2015.

_____. **Parâmetros de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf>. Acessado em: 10/03/2015.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **Psicologia da Educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. 96 p.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. UnB. DF. Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/Paideia>>. Acesso em 20 de julho 2013.

DIAS, Maria Berenice. **A Família Homoafetiva**. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/44_-_a_fam%EDlia_homoafetiva.pdf>. Acesso em: 10/05/2015.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**. Coleção Educação contemporânea. Campinas: Editora autores associados. 1993. 227 p.

FERRARI, Márcio. **Pensadores** – VYGOTSKY, Lev. Nova Escola, São Paulo, p. 34-36. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/pensadores>. Acesso em 21 de julho 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREUD, Sigmund. **Algumas Reflexões sobre a psicologia Escolar**. In.: _____. Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 24. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GIMENO, Adelina. **A família: o desafio a diversidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRIFFA, M. C.; MORENO, J. E. **Chaves para a psicologia do desenvolvimento**, tomo 2: Adolescência, vida adulta, velhice. São Paulo: Paulinas, 2001.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In.: PIRES, Paulo R. (Org.). **Outros 500**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Em: <www.mariaritakehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular/pdf>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2015.

MARANGONI, Jacqueline Ferraz da Costa. **Meu tempo, seu tempo: possibilidades de coeducação no relacionamento entre avós e netos**. 1.ed. Curitiba: CRV, 2011.

MEIRA, Mara C. R.; CENTA, Maria de Lourdes. **A Evolução da Família e suas implicações na educação dos filhos**. Família saúde Desenvolvimento, Curitiba, v.5, n.3, p. 223-230, set/dez 2003.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Funcionários de Escolas: cidadãos, profissionais e gestores**. 4.ed. Cuiabá: UFMT, 2012.

OLIVEIRA, Alessandra R. Ventura. **Relação entre avós e seus netos no período da infância**. Revista Kairós Gerontologia. São Paulo, 2009.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesús. **Educação Infantil: resposta educativa a diversidade**. Trad. Fatima Murad. –Porto Alegre: Artmed, 2007. 256 p.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Relações Família-Escola: Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola**. Psicologia Escolar e Educacional. V.9, n. 2, p. 303-312, 2005.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: Uma Perspectiva Histórico-cultural da Educação**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTOS, Reinaldo dos. Família e escola no processo contemporâneo de socialização primária: Reflexão sociológica sobre representações e expectativas institucionais. In: **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. / Jones Dari Goettert, Magda Sarat (Orgs.). Dourados, MS. Editora da UFGD, 2009, p. 156-167.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA NETO, Herculano Candido. **(Re) produção e uso do solo urbano no bairro das Malvinas**. Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande: UEPB, 2010.

STRAUSS, A; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEXEIRA, Geiliane Aparecida Salles. **Família e escola: considerações sobre o papel social dessas instituições na sociedade contemporânea**. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados. Disponível em: <www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores>. Acesso em 24 de julho de 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 4.ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1991.

7. ANEXOS

ANEXO I – Entrevista semi-estruturada realizada com os atores escolares.

Roteiro de Questionário a ser aplicado junto à Direção e ao Corpo Docente da Escola

I – IDENTIFICAÇÃO

1. Função: () professor () coordenador () supervisor () diretor Outros:
2. Tempo na Função: () menos de 1 ano () de 1 a 4 anos () de 5 a 10 anos () mais de 10 anos
3. Formação: () Ensino Médio () Técnico () Superior Incompleto () Superior Completo Qual:
4. Cursos de Aperfeiçoamento ou Pós-graduação:
Se sim, quais? Se não, por quê?

II QUESTÕES ESPECÍFICAS:

1. De que forma você avalia o comportamento das crianças da pré-escola? A que você atribui a causa desse comportamento?
2. Quais os casos que você julga mais complexos com relação ao convívio com os alunos?
3. Como você vê a relação das famílias com a escola?
4. Em sua opinião, de que forma os pais podem contribuir para um melhor desempenho educacional dos filhos?
5. Que atitudes vivenciadas no interior da escola podem ser resultado do convívio familiar?
6. Quais oportunidades de participação dos pais na vida escolar dos filhos são proporcionadas pela escola?
7. Você vê o comportamento das crianças como reflexo da relação familiar que eles têm em casa?
8. Qual você acha que deve ser o papel da família na educação das crianças?
9. o que você entende por família?
10. Você gostaria de acrescentar algo?

ANEXO II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Sr. (a)

Professor (a) esta é uma entrevista gravada para o TCC da Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, que tem por objetivo compreender como se dá a influência da família no comportamento da criança de educação Infantil, na relação com a escola. Dessa forma, pretende identificar quais a postura escolar frente as famílias e as crianças, também identificar as famílias em seus contextos de vivências e condições educação, além de observar o comportamento infantil diante das diversas situações escolares cotidianas. Esta entrevista não tem por objetivo identificar a escola ou o professor que participou da mesma, bem como pessoas ou instituições eventualmente citadas nas entrevistas, mantendo-se o anonimato dos dados colhidos.

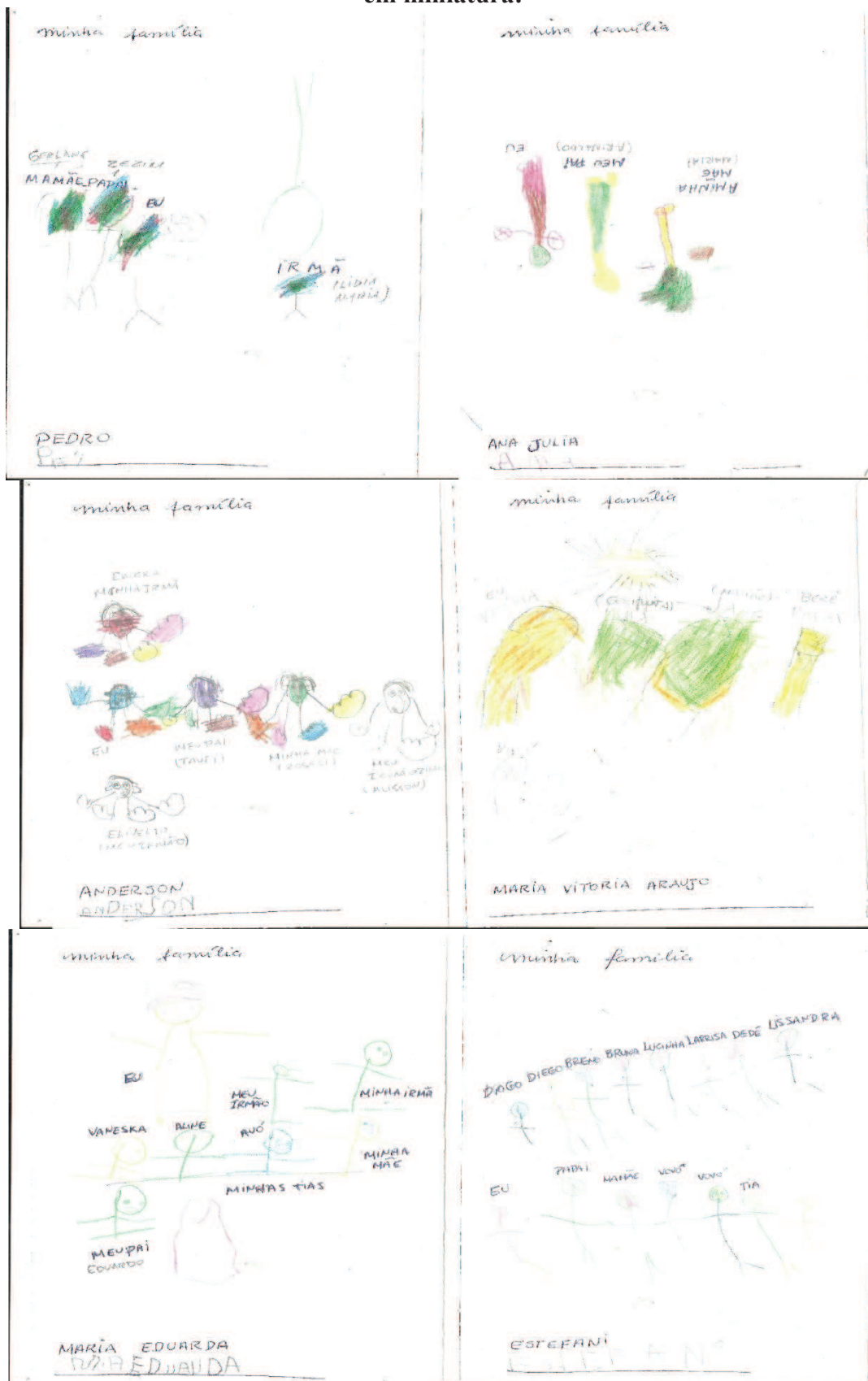
Eu, _____, docente convidado, declaro que recebi informações de forma clara a respeito dos objetivos e da forma como participarei desta investigação, sem ser coagido a responder eventuais questões por mim consideradas de menor importância ou constrangedoras. Também estou informado de que, a qualquer momento, posso esclarecer as dúvidas que tiver em relação à entrevista, assim como usar da liberdade de deixar de participar do estudo, sem que isso traga qualquer dificuldade para mim. A minha assinatura neste Termo de Consentimento autoriza os pesquisadores a utilizar e divulgar os dados obtidos, sempre preservando a minha privacidade, bem como a de pessoas ou instituições eventualmente por mim citadas. Declaro que recebi uma cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que o mesmo foi suficientemente esclarecido pelo pesquisador.

Campina Grande, ____ de _____ de 2015.

Pós-Graduanda, Maria Aparecida Vieira da Silva

Sujeito da Pesquisa

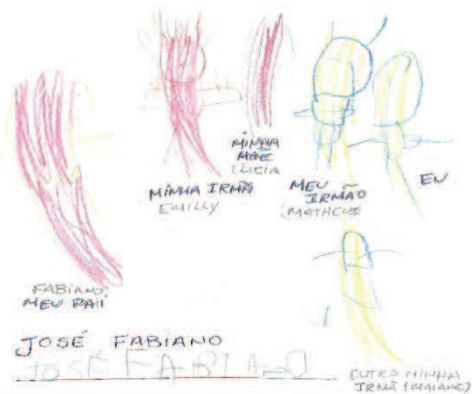
ANEXO III – Figuras: desenhos realizados pelas crianças em atividade sobre a família-em miniatura:



minha Família



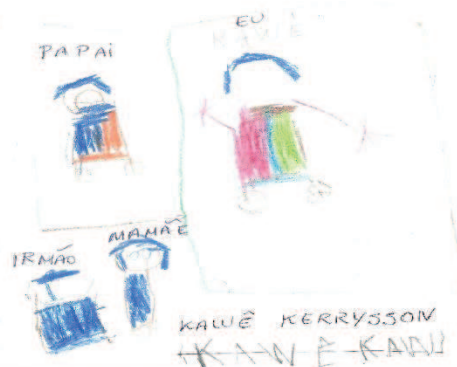
minha família



mintha Família



misericordia familia



minha família



minha família



ERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 

**CAMPINA
GRANDE**
PODEREZA MUNICIPAL
CIDADE DA INOVAÇÃO

Estado do Paraíba
Prefeitura Municipal de Campina Grande
Secretaria de Educação

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

1º EIXO TEMÁTICO



ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE;
UMA PARCERIA NECESSÁRIA

2015

ANEXO V- Termo de Consentimento de Uso de Imagem.

Autorização para utilização dos dados da entrevista em projeto de pesquisa:
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, CPF _____, RG _____,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso da imagem de meu filho e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, as pesquisadoras (Maria Aparecida Vieira da Silva e Rosemary Alves de Melo (Orientadora)) do projeto de pesquisa intitulado “**Relação Família-Escola, Influencias ao comportamento Infantil**” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

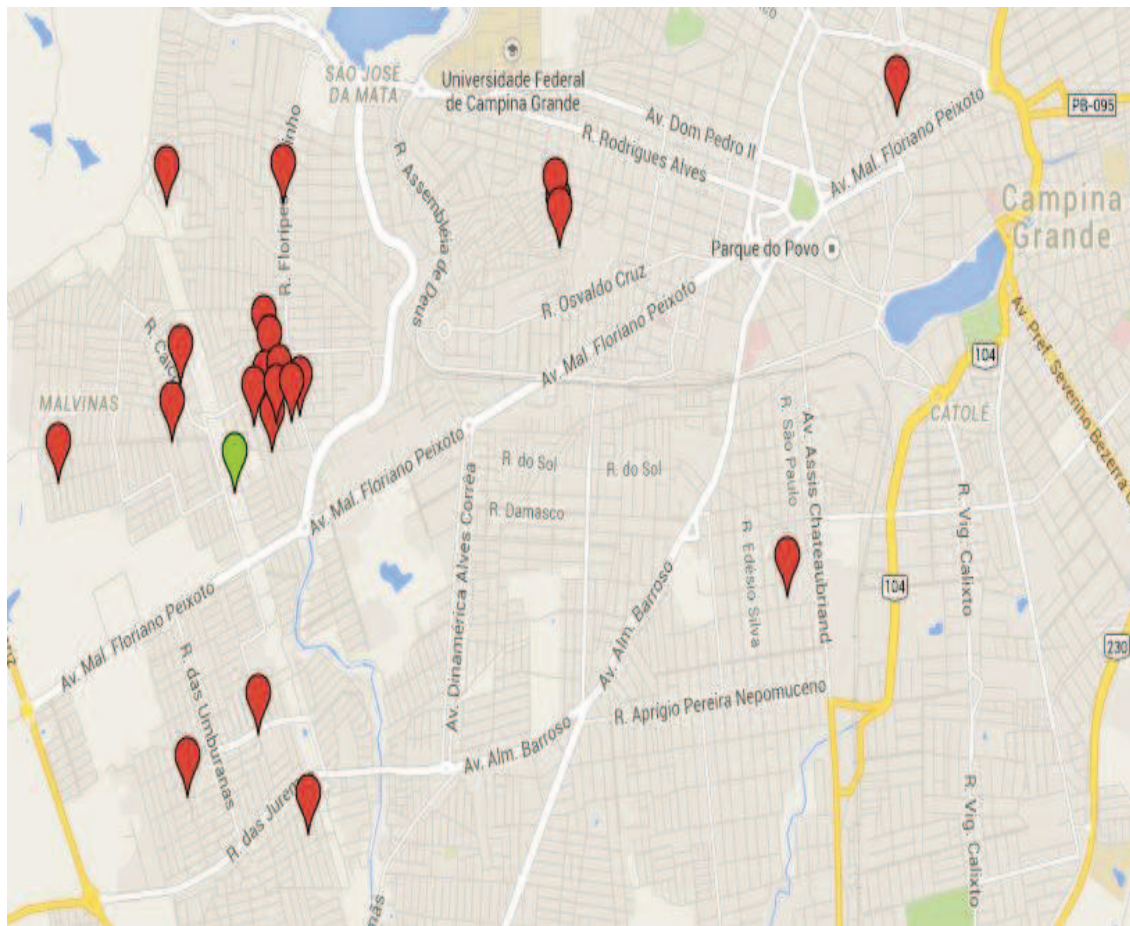
Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos arquivos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Campina Grande, ____ de _____ de 2015

Pesquisador responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa (responsável)

ANEXO VI - Mapa – localização geográfica das famílias (Referência em vermelho) em relação ao Prédio da escola MAOA (Referência em verde), bairro das Malvinas – Campina Grande, Paraíba.



Fonte: Google Maps.